

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VITÓRIA IARIMA DE OLIVEIRA CAVALCANTE

PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS E CONDIÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VITÓRIA IARIMA DE OLIVEIRA CAVALCANTE

PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS E CONDIÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora Dr.^a Ana Carolina da Cruz Lima

Rio de Janeiro

2021

VITÓRIA IARIMA DE OLIVEIRA CAVALCANTE

PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS E CONDIÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 8/5/2021.

ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA - Presidente
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

KEULER HISSA TEIXEIRA
Professor Dr. da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UFAL

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Sandra, que enfrentou todos os aspectos mais duros da pobreza e com sua força e amor me trouxe até este momento. A minha irmã, Maria Eduarda: que eu possa te inspirar tanto o quanto você me inspira. Ao Maciel, que me trouxe o olhar crítico sobre o espaço físico das favelas e sua relação com os moradores. Ao João Gabriel, meu grande parceiro, que me apoia a cada nova jornada e esteve ao meu lado durante esta pandemia, tornando tudo mais leve e possível, junto à minha família.

E a todos favelados e faveladas. Nós somos mais do que o retrato simplório que nos pintam. E podemos mais do que imaginam de nós. Precisamos correr enquanto eles caminham, mas enquanto houver fôlego continuaremos a perseguir nossos sonhos.

RESUMO

CAVALCANTE, Vitória Iarima de Oliveira. Programas de urbanização das favelas e condição de vulnerabilidade social na cidade do Rio de Janeiro. 70 fls. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Políticas públicas destinadas à urbanização e promoção de melhorias em favelas têm sido realizadas na cidade do Rio de Janeiro com o intuito de reduzir indicadores de pobreza e desigualdade. Destacam-se os programas Favela Bairro e Morar Carioca, implementados, respectivamente, nas décadas de 1990 e 2000. A literatura empírica sobre os impactos desses programas indica que seus efeitos possuem limitado alcance e tendem a arrefecer ao longo do tempo. A monografia realiza um estudo exploratório desses programas e compara dados sobre indicadores socioeconômicos (infraestrutura, serviços públicos de saneamento, renda e escolaridade), fornecidos pelo SABREN/IPP, de favelas contempladas por seus investimentos (grupo de tratamento) e favelas que nunca foram beneficiados por esses ou quaisquer outros programas de urbanização (grupo de controle). A ideia subjacente é verificar o quanto esses grupos se assemelham (ou divergem) em seus indicadores. A análise exploratória, tabular e qualitativa dos dados indica que as diferenças entre os dois grupos são pouco expressivas e, para alguns indicadores, a situação das favelas de controle é mais favorável. Há indícios de que os programas não são capazes de contribuir consistentemente para a redução da vulnerabilidade social nas favelas do Rio de Janeiro. As favelas permanecem como *locus* da segregação socioespacial e podem ser interpretadas como uma representação física da pobreza nas áreas urbanas.

Palavras-chave: Favelização; Urbanização; Déficit Habitacional; Pobreza.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Índice de infraestrutura nas favelas tratadas e de controle

34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização das favelas na cidade do Rio de Janeiro	26
Figura 2 - Favelas atendidas pela primeira fase do Programa Favela-Bairro	30
Figura 3 - Agrupamentos do Concurso Morar Carioca	38
Figura 4 - Programa Morar Carioca: Situação das favelas do Concurso	41
Figura 5 - Programa Morar Carioca: Situação das favelas do Programa	41
Figura 6 - Favela Bairro - Características domiciliares – Tratadas x Controle	47
Figura 7 – Morar Carioca - Características domiciliares – Tratadas x Controle	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– População residente em favela no Rio de Janeiro por AP (2010)	28
Tabela 2 - Nível de Urbanização das Favelas por Área de Planejamento	42
Tabela 3 - Distribuição Favela Bairro - Tratadas x Controle	45
Tabela 4 - Distribuição Morar Carioca - Tratadas x Controle	50
Tabela 5 - Indicador de Desenvolvimento Social - Favelas Tratadas x Favelas Controle	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP – Área de Planejamento

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH - Banco Nacional de Habitação

CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana da Grande Rio

CODESCO - Companhia de Desenvolvimento de Comunidades

CODESCO - Companhia de Desenvolvimento de Comunidades

FB – Favela Bairro

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FJP - Fundação João Pinheiro

IBGE - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHAD - Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

IDS - Índice de Desenvolvimento Social

IPP - Instituto Pereira Passos

IPPUR-UFRJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

MC – Morar Carioca

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROAP - Programa de Assentamentos Precários

SABREN - Sistema de Assentamentos de Baixa Renda

SFH - Sistema Financeiro de

UPP - Programa de Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 01 – REVISÃO DA LITERATURA E CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.1 Pobreza multidimensional: conceitos básicos	14
1.2 Pobreza multidimensional e déficit habitacional	19
1.3 A trajetória das políticas de habitação e urbanização de favelas	26
CAPÍTULO 02 – FAVELA BAIRRO E MORAR CARIOCA	26
2.1 Favela Bairro	29
2.2 Morar Carioca	36
CAPÍTULO 03 – INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL NAS FAVELAS CARIOCAS	44
3.1 Análise do Favela Bairro e Morar Carioca	44
3.2 Críticas e Sugestões	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
APÊNDICES	61

INTRODUÇÃO

Em 2020, o Brasil passou a ocupar o 8º lugar no *ranking* mundial de países com maior taxa de desigualdade de renda, segundo Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O *ranking* tem como base o coeficiente de Gini¹, cujo valor para o Brasil foi igual a 0,539 (quanto mais próximo de 1 mais desigual é a distribuição). Para fins comparativos, este nível de desigualdade se assemelha ao de países como Botswana (0,533) e Moçambique (0,540). O mesmo índice nos Estados Unidos é igual a 0,414 e países como Bélgica e Finlândia alcançaram níveis baixíssimos de desigualdade de renda (0,274).

Outro indicador utilizado para analisar as condições de pobreza e desigualdade é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)². O IDH é, em resumo, uma média geométrica dos índices normalizados para três dimensões: (i) vida longa e saudável, (ii) acesso ao conhecimento e (iii) padrão de vida digno. Ao analisar o índice neste mesmo relatório, verifica-se que o Brasil está na 84ª posição mundial (do total de 189 países contabilizados), com um valor-índice de 0,765 em uma escala de 0 a 1 (quanto mais próximo de 01 mais desenvolvido). Trata-se de um valor relativamente positivo, que enquadra o país na faixa de países com ‘desenvolvimento humano elevado’. Todavia, ao introduzir a desigualdade no cálculo do IDH, este valor cai para 0,570 (faixa ‘desenvolvimento humano médio’). Este efeito da desigualdade sobre o nível de desenvolvimento humano é registrado através do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)³. O valor do IDHAD pode ser interpretado como um cálculo da média geométrica dos índices normalizados do IDH, considerando o nível de desigualdade de cada uma das três dimensões analisadas. De forma simples, o IDHAD ajusta o IDH à desigualdade na distribuição de cada uma de suas dimensões. Quando não há desigualdade entre as pessoas, o IDHAD é igual ao IDH, mas fica tão mais abaixo deste à medida que a

¹ Medida da variação da distribuição de rendimento entre indivíduos ou famílias no mesmo país face a uma distribuição perfeitamente igual. Um valor igual a 0 representa igualdade absoluta; um valor igual a 1, desigualdade absoluta.

² Para mais detalhes sobre o cálculo do IDH, consultar Nota técnica 1 em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf.

³ O IHDI ajusta o IDH para a desigualdade na distribuição em cada dimensão. É baseado em uma classe sensível à distribuição de índices compostos propostos por Foster, Lopez-Calva e Szekely (2005), que se baseia na família Atkinson (1970) da desigualdade medidas. Para mais detalhes sobre o cálculo, ver Nota Técnica 2 em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf.

desigualdade aumenta. Neste sentido, o IDHAD mede o nível de desenvolvimento humano quando a desigualdade é considerada na análise (PNUD, 2020).

Com uma queda de 0,255 p.p. entre os índices, fica evidente a desigualdade social existente no Brasil. Sob a ótica da pobreza multidimensional, é possível identificar que esta desigualdade possui diferentes dimensões: renda, educação, saúde, habitação etc. Sobre este último aspecto, a desigualdade traduz-se nos indicadores de déficit habitacional. O conceito de déficit habitacional, para o caso brasileiro, é construído e calculado pela Fundação João Pinheiro (FJP). Segundo a instituição, em 2019 aproximadamente 5,876 milhões de domicílios se enquadravam como moradias precárias, incapazes de atender dignamente aos seus moradores (8% do estoque total de domicílios particulares permanentes e improvisados). Deste total, 85,8% localizam-se em áreas urbanas.

No cenário urbano, este déficit é compreendido através das favelas, ou aglomerados subnormais de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo dados do Censo 2010, 11 milhões de brasileiros viviam em 6.329 favelas em todo o país. A favelização é um problema socioeconômico, constituído a partir de contradições econômicas, históricas e sociais associadas a um mal planejamento e gestão dos espaços urbanos, que resultaram neste modelo físico de segregação urbana, reforçado pelas características excludentes do mercado imobiliário formal (DENALDI, 2003).

A tese mais difundida a respeito do processo de formação das favelas é a de que a primeira favela surgiu com a chegada à cidade do Rio de Janeiro de cerca de 20 mil soldados que combateram na Guerra dos Canudos, cuja promessa de casa ao retorno não foi cumprida e os soldados se refugiaram no já habitado morro da Providência, levando-o a uma gigante proporção (VAZ, 1985 apud VAZ, 1994). Contudo, para além desse ponto histórico isolado, a abolição da escravatura, o surgimento da indústria e o incremento do comércio e serviços na área central da cidade intensificaram a concorrência pelo espaço. A lei que proibia a criação de novos cortiços e a demolição dos existentes foram cruciais para que novos morros fossem habitados, pois estas eram as principais habitações da população pobre, inclusive imigrante, da cidade (*ibidem*). O Rio de Janeiro foi o berço das favelas e ainda é o estado que possui sua maior quantidade, com 12,63% de sua população residindo nestas comunidades em 2019, segundo o IBGE (2020).

Na tentativa de reverter este quadro, diferentes políticas voltadas para a urbanização e promoção de melhorias em favelas foram realizadas no Rio de Janeiro, sobretudo a partir da década de 1980, após o fim de um período marcado por intensos processos de remoção em

massa e construção de grandes conjuntos habitacionais (XIMENES, 2019). Deste então, alguns programas dessa natureza foram implementados pelo governo municipal, com maior destaque para os programas: Favela Bairro, implementado em 1993 e o Morar Carioca, em 2010.

O Programa Favela Bairro teve como objetivo melhorar o acesso à infraestrutura e a oferta de equipamentos públicos nas favelas, prevendo obras de acessibilidade, saneamento, espaços de lazer e equipamentos públicos. Em sua primeira fase, contou com recursos próprios da Prefeitura e sua atuação limitou-se a 16 favelas de médio porte (XIMENES, 2019). Em 1997, o programa obteve apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e em 2000 foi iniciada sua segunda fase, ampliando sua atuação com a inclusão de favelas de grande porte, chegando a atender outras 88 favelas (DUREN e OSORIO, 2020).

O Morar Carioca foi um programa de urbanização de favelas que contou com recursos internacionais por meio de financiamentos do BID. Apesar de ser possível reconhecer neste programa uma continuidade em relação às políticas prévias de urbanização de favelas, há uma particularidade em seu objetivo, relacionada à expectativa de realização de grandes eventos esportivos internacionais na cidade do Rio de Janeiro: a cidade deveria se tornar apta a promover o sucesso destes eventos. Assim, o Morar Carioca tinha como objetivo urbanizar todas as favelas da cidade até 2020. Previa-se a execução do programa em três fases, contudo, não passou de sua segunda fase, encerrando-se em 2012 (XIMENES, 2019).

Os esforços destes programas para melhorar as condições de moradia e infraestrutura da população carioca mais pobre podem ser interpretados através das mudanças nos números da população residente em aglomerados subnormais. Em 2010, a porcentagem da população residente em aglomerados subnormais na cidade do Rio de Janeiro era de 23% (IPP, 2012). Contudo, em novo relatório gerado em 2020, o valor absoluto de domicílios ocupados nestas condições subiu de 520.260 para 717.326. Desta forma, é possível observar que o processo de favelização permanece e as soluções adotadas pelos programas propostos e aplicados à cidade não foram capazes de reverter seu quadro habitacional.

A partir de dados compilados pelo Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) do Instituto Pereira Passos (IPP), com base no Censo Demográfico de 2010 do IBGE, será realizada uma análise exploratória qualitativa de indicadores socioeconômicos das favelas que foram contempladas por estes programas de urbanização, nas esferas da infraestrutura, serviços públicos de saneamento, renda e escolaridade. A mesma análise será realizada para grupos de controle compostos por favelas que possuem características semelhantes às que foram selecionadas pelos programas, o que implica que seriam aptas a

recebê-los, mas que nunca sofreram nenhum tipo de intervenção. O objetivo é verificar o quanto estes grupos se assemelham ou se afastam em seus indicadores, de forma a analisar qualitativamente a potencial contribuição destes programas para a redução da condição de vulnerabilidade socioeconômica das populações das favelas contempladas.

A monografia possui três capítulos, além de introdução e conclusão. No Capítulo 1, são apresentados os conceitos de pobreza multidimensional e como o quadro de pobreza é um fenômeno complexo, englobando aspectos de condições de vida e habitação. Será apresentado o quadro de déficit habitacional brasileiro e como este atinge, sobretudo, a população de menor renda, especialmente aquela residente em favelas, assim como a trajetória das políticas de habitação e urbanização para as favelas no Brasil, mais especificamente, na cidade do Rio de Janeiro. No Capítulo 2 são apresentados os programas Favela Bairro e Morar Carioca, suas características, execução e desdobramentos. Por fim, no Capítulo 3 é realizada uma análise qualitativa dos indicadores socioeconômicos de favelas que receberam as intervenções destes programas em comparação aos seus respectivos grupos de controle e as críticas e sugestões aos programas.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA E CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo são apresentados os conceitos de pobreza multidimensional para ressaltar o quanto o quadro de pobreza é um fenômeno complexo e deve ser analisado para aspectos além da renda, incluindo as condições de vida e habitação. Posteriormente, será apresentado o quadro de déficit habitacional brasileiro e como este atinge, sobretudo, a população de menor renda, especialmente aquela residente em favelas. Por fim, será apresentada a trajetória das políticas de habitação e urbanização para as favelas, com destaque para o caso da cidade do Rio de Janeiro.

1.1 Pobreza multidimensional: conceitos básicos

A análise e discussão em torno da pobreza e da desigualdade socioeconômica por vezes concentra-se na dimensão da renda. Um dos maiores e mais difundidos indicadores de desigualdade social é o Índice de Gini, que se baseia na distribuição de renda dos indivíduos para a análise da desigualdade. Contudo, estudos realizados no âmbito da Economia do Bem-Estar Social levantam a discussão sobre a interpretação da pobreza para aspectos além da privação de renda, passando a ser entendida como uma situação de privação de bens, materiais e sociais, ou mesmo de acesso a recursos, ressaltando o caráter multidimensional da pobreza. Nessa visão, o bem-estar é associado à aquisição de capacidades, que se referem a uma multidimensionalidade de fatores para que os indivíduos atinjam suas necessidades.

Amartya Sen foi um dos autores que contribuiu de forma significativa para a discussão da pobreza multidimensional e para a criação de uma metodologia para sua mensuração (apud MARTINI 2010). O autor avançou no debate sobre as definições da pobreza absoluta e relativa, segundo as quais: (i) a pobreza absoluta consiste em possuir menos do que um padrão mínimo de consumo, objetivamente definido, relacionado diretamente a questões de sobrevivência física; e (ii) a pobreza relativa significa ter menos posses do que os outros membros da sociedade, de modo que essa privação afeta questões de convívio social (HAGENARS e DEVOS, 1988 apud MARTINI, 2010). De acordo com Codes (2008), nessa concepção, ser pobre equivale a não dispor de condições para agir em prol de um modo de vida satisfatório na sociedade (apud MARTINI, 2010). Ou seja, a pobreza possui uma natureza relativa, já que a posse de bens necessários para superar uma percepção de privação difere entre as sociedades, e absoluta, pois o sentimento de privação é visto como um mal absoluto.

Além disso, a qualidade de vida de uma população deve ser analisada em uma perspectiva multidimensional e não pode ser definida apenas em termos da posse de bens físicos e suas utilidades, pois “*a disponibilidade de um bem não significa a garantia de que todos os indivíduos tenham condições de obtê-los por meio de mecanismos econômicos, tais como pela produção, pela criação de empregos, pelas trocas em mercado ou pela provisão pública*” (MARTINI, 2010, p. 87). Portanto, uma das dimensões da concepção de Sen para a pobreza está associada não à privação de um bem, mas à incapacidade de obtê-lo. Essas capacidades englobam o acesso a bens e serviços físicos e outros fatores multidimensionais relacionados ao bem-estar, como a participação e a integração na vida política, social e comunitária nas localidades em que residem.

A pobreza é interpretada, então, como um fenômeno social complexo concebido a partir de privações sofridas pelos indivíduos, que os impedem de ter o necessário para se atingir padrões de consumo compatíveis com a aceitação social, relacionados a condições de saúde, educação, habitação, acesso a direitos econômicos e sociais e a liberdades políticas.

De acordo com Albuquerque e Gonçalves (2020), apesar da existência de um certo consenso sobre a multidimensionalidade e característica dinâmica do fenômeno, são múltiplas as formas de conceituar ou definir a situação de privação que permite classificar uma família como pobre ou extremamente pobre. A concepção multidimensional da pobreza deu início, na década de 1980, a discussões sobre métodos de mensuração para diferenciar as situações de pobreza crônica e transitória, a partir de uma análise da dimensão temporal e da duração do fenômeno. Martini (2020) realiza ampla revisão bibliográfica sobre o tema e indica que, nessa perspectiva, a pobreza é classificada como (i) transitória, que seria uma situação temporária associada à vulnerabilidade de indivíduos, famílias e comunidades em relação a choques econômicos; e (ii) crônica, que se refere a indivíduos confinados a essa situação, excluídos do acesso ao capital humano, físico e social.

A fim de identificar o quadro da pobreza crônica e transitória no Brasil, Albuquerque e Gonçalves (2020) realizam um estudo com base nos dados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE, para o período entre 2012 e 2018, que coincide com a deflagração da crise econômica e os seus efeitos adversos sobre o emprego, renda *per capita* e bem-estar. Os autores identificam que no ano de 2012 as famílias sempre pobres (ou em estado de pobreza crônica) representavam 18,39% da população. Esse indicador apresentou trajetória descendente até 2015, passando para 17,71%. Contudo, com o recrudescimento da crise, a proporção de famílias em situação de pobreza crônica chegou a 20,20% em 2018. Já para as

famílias que se encontram em situação de pobreza transitória, esses valores são, respectivamente, 14,27%, 14,15% e 13,46%. Ao considerar conjuntamente as situações de pobreza crônica e transitória, é possível averiguar que, em 2018, 37,95% das famílias brasileiras sofriam algum tipo de privação, permanente ou temporária (em comparação a 37,06%, em 2012).

Sen (1979, 1992 apud MARTINI, 2010) possui uma proposta de mensuração da pobreza que envolve uma padronização e agregação de seus indicadores. Primeiro, deve-se identificar os indivíduos ou famílias pobres em uma determinada comunidade, de modo a se mensurar a intensidade de sua pobreza de acordo com os padrões de necessidades básicas vigentes. Posteriormente, deve-se realizar uma combinação entre as medidas de privação de todos os indivíduos pobres da comunidade em um único índice, de modo a permitir a comparação com habitantes de outras comunidades. A partir dessa abordagem, foi desenvolvida uma série de índices multidimensionais para a mensuração da qualidade de vida e a evolução da pobreza nas populações.

O índice multidimensional de bem-estar mais popular nas últimas décadas é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formulado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990. O IDH é uma média geométrica dos índices normalizados de três dimensões: vida longa e saudável, conhecimento e padrão de vida digno. Essas dimensões, em síntese, incluem medidas de renda *per capita*, escolaridade e expectativa de vida. Mais recentemente, houve a criação de novos índices compostos para analisar diferentes aspectos do desenvolvimento. No relatório de 2010 do PNUD, foram lançados o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) mede as privações individuais sem incluir o rendimento. De acordo com a ONU, o índice surgiu com o objetivo de “*desviar a nossa atenção das medidas tradicionais de pobreza, baseadas no rendimento, para uma perspectiva mais holística da pobreza tal como é vivida*” (PNUD, 2020, p. 11). O IPM registra as múltiplas privações que as pessoas dos países em desenvolvimento enfrentam em relação à saúde, educação e padrões de vida. O índice mostra simultaneamente a incidência da pobreza multidimensional não relacionada à renda (uma contagem *per capita* das pessoas em situação de pobreza multidimensional) e à sua intensidade (a pontuação média de privações que as pessoas pobres sofrem) (PNUD, 2020, p. 139). Ou seja, calcula a percentagem da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações contempladas. Para o parâmetro de saúde, é analisado se há desnutrição em membros da família e a morte de

crianças; para educação, é analisado se algum membro não chegou a completar seis anos de escolaridade ou se pelo menos uma criança em idade escolar não encontra-se matriculada; e para condições de vida, são analisadas às condições de infraestrutura como: falta de eletricidade, de acesso à saneamento básico, à fonte de água potável, casas com construções de materiais inadequados e a não presença de alguns eletrodomésticos e meios de comunicação e locomoção privadas.

Com base na pontuação de privações, as pessoas são classificadas em situação de pobreza multidimensional, situação de pobreza multidimensional grave ou vulneráveis à pobreza multidimensional. Para o índice do Brasil foi utilizada como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015. O valor do IPM foi igual a 0,016, em uma escala na qual 1 indica total privação e 0 sem privações, o que configura um valor relativamente baixo, inclusive inferior à média dos países da América Latina e Caribe (0,031). Todavia, este valor ainda, de acordo com o relatório da ONU, revela um quadro de 3,8% da população brasileira (7,8 milhões de pessoas)⁴ vivendo em situação de pobreza multidimensional em 2015, além de 6,2% considerados vulneráveis à pobreza multidimensional. Dentre o grupo atingido pela pobreza multidimensional, a intensidade da privação encontrada, ou seja, a pontuação média de privações sentidas pelas pessoas foi de 42,5%, com uma contribuição maior do parâmetro saúde (49,8% do índice), seguido por condições de vida (27,3%) e educação (22,9%). Entre esses indivíduos, 4,4% viviam abaixo da linha internacional de pobreza de US\$ 1,90 por dia (em termos de paridade de poder de compra (PPC)).

Na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Pereira Passos (IPP) desenvolveu, inspirado nas recomendações da ONU, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS). O objetivo do IDS é medir, comparativamente, o grau de desenvolvimento social de suas áreas geográficas urbanas. O índice é multidimensional e tem como base os resultados do Censo Demográfico do IBGE. É composto por 8 indicadores divididos em 4 dimensões de análise: acesso a saneamento básico, qualidade habitacional, grau de escolaridade e disponibilidade de renda. Os indicadores que compõem o cálculo do índice são: 1) Percentagem de domicílios particulares permanentes com forma de abastecimento de água adequada, ou seja, ligados à rede geral de distribuição; 2) Percentagem de domicílios particulares permanentes com esgoto adequado, ou seja, ligados à rede geral de esgoto ou pluvial; 3) Percentagem de domicílios particulares permanentes com

⁴ População com uma pontuação de privações de, pelo menos, 33% (PNUD, 2020).

lixo coletado diretamente por serviço de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza; 4) Número médio de banheiros por morador: numerador = nº de banheiros no domicílio particular permanente; denominador = nº total de pessoas no domicílio particular permanente; 5) Percentagem de analfabetismo de moradores de 10 a 14 anos; 6) Rendimento médio do responsável pelo domicílio em salários-mínimos; 7) Percentagem de domicílios particulares, com rendimento do responsável até 2 salários-mínimos; 8) Percentagem de domicílios particulares com rendimento do responsável igual ou maior que 10 salários-mínimos (RIO DE JANEIRO, 2018).

No último relatório gerado, no ano de 2018 com base no Censo de 2010, o IDS da cidade do Rio de Janeiro foi de 0,609 em uma escala de 0 a 1. Este valor possui fortes variações quando analisado por regiões ou Áreas de Planejamento⁵. A Área de Planejamento 2, que contempla os bairros da Zona Sul que possuem maior renda *per capita* (41,98% dos domicílios possuem rendimento domiciliar *per capita* acima de 5 salários-mínimos), obteve índice igual a 0,71. Já a Área de Planejamento 5, que corresponde aos bairros da zona oeste da cidade e a menor renda domiciliar *per capita* (apenas 2,62% dos domicílios possuem rendimento *per capita* acima de 5 salários-mínimos), obteve um IDS de 0,055, demonstrando assim, a heterogeneidade do desenvolvimento social nas diferentes áreas urbanas da cidade.

Em 2017, a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou um programa direcionado às famílias de maior vulnerabilidade social, o programa Territórios Sociais. O objetivo é identificar as famílias cariocas com maior grau de vulnerabilidade, por meio de visitas domiciliares aos locais nos quais se concentram os bolsões de pobreza, oferecendo atenção diferenciada durante um período de 12 meses, assegurando, inclusive, o cadastro nos serviços sociais já oferecidos pela Prefeitura. Para identificar esta população e atuar sobre elas, o programa utiliza o IDS, desenvolvido pelo IPP, e o IPM, desenvolvido pela ONU (RIO DE JANEIRO, 2020). O programa conta com a colaboração da *ONU-Habitat* desde 2019, quando foi possível expandir sua atuação para grandes complexos de favelas, que possuem os menores índices de progresso social: Alemão, Maré, Chapadão, Pedreira, Vila Kennedy, Lins, Penha, Cidade de Deus, Jacarezinho e Rocinha. Pretende atender aproximadamente 424 mil pessoas residentes em 148.492 mil domicílios (*ibidem*). De acordo com dados do programa, há um enorme contraste de desenvolvimento social, medido pelo IDS, entre os territórios contemplados e o índice médio da cidade do Rio de Janeiro (0,22~0,39 *versus* 0,60).

⁵ Divisão administrativa do município do Rio de Janeiro, composta por 5 grupos. No capítulo II serão apresentados os critérios de definição das Áreas de Planejamento (APs).

É identificado, portanto, um conjunto de privações nestes moradores que evidenciam uma situação de elevada vulnerabilidade social. Dentre as privações de maior incidência para este grupo, além da renda, está a habitacional, onde é possível identificar carência de condições de habitabilidade e serviços mínimos para que possam usufruir de uma qualidade de vida razoável e digna.

1.2 Pobreza multidimensional e déficit habitacional

A partir da visão da multidimensionalidade da pobreza, é possível identificar os diferentes aspectos que compõem esta situação social e dentre elas, está a questão habitacional, componente fundamental quando analisadas às condições de vida de um indivíduo. Ao abordar a questão habitacional, a discussão vai para além da moradia e inclui um conjunto de serviços habitacionais básicos e mínimos para uma qualidade de vida razoável. No Brasil, o déficit habitacional é uma questão a ser superada e, conforme aponta Cunha (2020), quando mensurada a quantidade de pessoas que não têm moradia ou que habitam em moradias precárias (submoradias), avalia-se, conseqüentemente, a falta de infraestrutura básica, educação, saúde, segurança, emprego e renda, um conjunto de fatores que retrata a desigualdade social.

O déficit habitacional brasileiro atingiu 5,87 milhões de domicílios em 2019 e se concentra nas famílias de menor renda: 85% em famílias com renda mensal de até três salários-mínimos (FJP, 2021a). Destes, cerca de 1,48 milhões de domicílios não atendem a critérios ‘mínimos de habitabilidade’ e 72,39% dessas habitações estão associadas a famílias com renda familiar média de até 1 salário-mínimo (*ibidem*).

O déficit habitacional é um indicador criado e calculado pela Fundação João Pinheiro desde 1995 e tem como objetivo estimar a falta (déficit) de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas, que podem ser entendidas como a “*falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo*” e que, por algum motivo, não fornece (FJP, 2021b, p.2). O papel dos indicadores do déficit habitacional e da inadequação domiciliar é dimensionar a quantidade de moradias incapazes de atender o “*direito de acesso, por parte da população, a um conjunto de serviços habitacionais que sejam, pelo menos, básicos*” (*ibidem*, p.3). O cálculo é composto por três macro componentes, que possuem subdivisões: habitação precária, coabitação e ônus excessivo com aluguel urbano.

Habitação precária possui dois tipos de componentes: domicílios improvisados - locais construídos sem fins residenciais que servem como moradia, como prédios em construção, viadutos, tendas, barracas etc., e domicílios rústicos - aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças, em decorrência das suas condições de insalubridade (FJP, 2021b). Em 2019, a habitação precária representava 25,2% do déficit total e os domicílios improvisados passaram de 9,5% do total do déficit em 2016 para 13,4% em 2019, apresentando um cenário de crescimento deste componente.

Coabitação possui dois componentes: unidade doméstica convivente - unidade com no mínimo quatro pessoas, na qual residem conjuntamente mais de um núcleo doméstico; e para que esses núcleos, conjuntamente, sejam classificados como déficit habitacional, é preciso que a habitação tenha, no mínimo, densidade de mais de duas pessoas por cômodos servindo como dormitório - quando há famílias que residem em cômodos da mesma habitação (FJP, 2021b). Entre 2016 e 2019, a coabitação apresentou uma tendência de redução, caindo de 24,9% do total do déficit para 21,5%.

Ônus excessivo com aluguel urbano corresponde ao número de famílias urbanas com renda domiciliar de até três salários-mínimos que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel. O ônus excessivo com aluguel é selecionado a partir do grupo de domicílios não classificados como rústicos, nem como cômodo, e que atendeu aos critérios definidos de renda e gasto com aluguel. Este parâmetro tem sido o principal componente do déficit habitacional no Brasil, representando 51,7% do déficit total. Passou de 2,814 milhões de domicílios em 2016 para 3,035 milhões de domicílios em 2019 (*ibidem*).

Para uma análise geral do quadro de deficiência habitacional do país, a FJP também realiza o cálculo de inadequação de domicílios. Para este cálculo, apenas os domicílios não classificados como déficit habitacional em função de sua estrutura física (improvisadas e rústicas) são elegíveis para serem avaliados como inadequados. Além disso, é calculado exclusivamente entre os domicílios urbanos. São analisadas as carências de infraestrutura urbana dos domicílios (energia elétrica, abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo), carências edilícias (inexistência de banheiro exclusivo, número total de cômodos do domicílio igual a número de cômodos servindo de dormitório, armazenamento inadequado de água, piso e cobertura inadequados) e inequação fundiária urbana (FJP, 2021b). Os parâmetros analisados para o cálculo da inadequação de domicílios são os mesmos encontrados nos

domicílios das favelas e, como será apresentado no Capítulo 2, são os alvos dos programas de urbanização. De acordo com o levantamento feito pela fundação, em 2019, cerca de 25 milhões de domicílios possuíam pelo menos uma inadequação.

Pela falta de alternativas habitacionais para a população de menor renda, as construções informais continuam a crescer. Segundo a FJP (2021b), entre 2016 e 2019, houve um crescimento de 4,6% ao ano das habitações precárias, influenciado pelo aumento de 13,6% ao ano dos domicílios improvisados e cerca de 1,8 milhões de novos domicílios de habitação inadequada (crescimento de 7,89%). No cenário urbano, o déficit habitacional é compreendido através das favelas (ou aglomerados subnormais de acordo com a classificação do IBGE). As favelas podem ser interpretadas, portanto, como uma representação física da pobreza nas áreas urbanas do Brasil. No Rio de Janeiro, encontram-se fortemente incorporadas à paisagem urbana, representando uma das mais graves questões sociais enfrentadas pela cidade (LEITÃO e DELECAVE, 2011). Entre os anos de 2000 e 2010, houve crescimento de 19% da população moradora de favelas, segundo o Instituto Pereira Passos (IPP, 2012), enquanto a população não residente de favela na cidade cresceu apenas 5%.

1.3 A trajetória das políticas de habitação e urbanização de favelas

O surgimento das favelas, seu crescimento e processo de consolidação como espaço permanente de moradias caracteriza a ‘favelização’. A favelização tem raízes históricas que remontam ao fim do século XIX. A tese mais difundida a respeito do processo de formação das favelas é a de que a primeira favela surgiu com a chegada à cidade do Rio de Janeiro de cerca de 20 mil soldados que combateram na Guerra dos Canudos, cuja promessa de casa ao retorno não foi cumprida e os soldados se refugiaram no já habitado morro da Providência (VAZ, 1985 apud VAZ, 1994). Além desse ponto histórico isolado, a abolição da escravatura, o surgimento da indústria e o incremento do comércio e serviços na área central da cidade intensificaram a concorrência pelo espaço. O Rio de Janeiro é o Estado que possui a segunda maior quantidade absoluta de aglomerados subnormais (717.326) do país, com 12,63% de sua população residindo nestas habitações em 2019, segundo dados do IBGE (2020).

As favelas constituem um fenômeno urbano contemporâneo associado aos processos de segregação socioespacial, impostos pela ausência de mecanismos de redistribuição da riqueza e de políticas habitacionais que garantam o acesso à moradia para as camadas mais pobres da população (LEITÃO; DELECAVE, 2011). Para DENALDI (2003), a falta destas políticas é

resultado de uma omissão do Estado ao crescimento desta cidade informal. Segundo Maricato (2001), o processo de ‘urbanização desigual’ da metrópole brasileira, que possui como resultado à favelização, está relacionado às características históricas do desenvolvimento no Brasil e em demais países periféricos, identificadas como ‘desenvolvimento desigual e combinado’ (apud DENALDI, 2003). Ainda de acordo com a autora, nos países periféricos, como o Brasil, os gastos com a moradia não foram incorporados aos salários pagos pela indústria e nem assumidos pelo Estado. A ‘urbanização com baixos salários’ e as características excludentes do mercado imobiliário estão associadas, assim, à produção doméstica e à invasão de terras. Esse discurso é endossado por Brum (2018), ao analisar o surgimento e o crescimento das favelas no Rio de Janeiro em meados do século XX (alternativa tanto para os moradores que nelas habitavam, quanto para o mercado de trabalho da cidade, que se encontrava em expansão no período). O autor afirma que a favela permitia uma moradia próxima ao local de trabalho e o acesso à uma mínima infraestrutura de comércio e serviços no entorno, o que possibilitou reduzir os custos de reprodução de grande parte da mão de obra de baixa qualificação da cidade do Rio. Não fossem as favelas a garantir esse enorme contingente de mão de obra próximo ao mercado de trabalho, os custos de habitação e/ou transporte teriam que entrar no cálculo dos salários. Desta forma, a urbanização com baixos salários, impediu que a renda da população mais pobre fosse suficiente para sua entrada no mercado imobiliário formal e, ao mesmo tempo, estimulou o processo de favelização na cidade.

Em função de sua lógica de localização, que busca áreas desocupadas próximas aos mercados de trabalho e serviços, as favelas acabam por ocupar regiões impróprias para habitação, como encostas de morros ou margens de rios e lagoas (LEITÃO; DELECAVE, 2011). Essa localização precária potencializa as carências de infraestrutura e serviços, criando péssimas condições de habitabilidade, fragilizando socialmente a população desses assentamentos. É possível verificar-se ainda nas favelas cariocas assentamentos informais que apresentam precariedade de redes de infraestrutura urbana, como acessibilidade, esgotamento sanitário e drenagem, e serviços públicos, como educação, saúde e lazer, além da posse irregular da terra (*ibidem*).

Leitão e Delecave (2011) analisam como, nos últimos cem anos, as favelas ocuparam diferentes lugares, tanto na estrutura física, quanto na dimensão simbólica da cidade e de seus habitantes. Na primeira metade do século XX, as favelas eram vistas como um fenômeno transitório, cuja erradicação seria um processo natural do desenvolvimento da cidade. Até 1937, a intervenção do Estado ocorreu indiretamente, pela adoção de medidas legais e de cunho

sanitarista. No Governo Getúlio Vargas, o Estado passou a intervir diretamente, mas a oferta de habitação era restrita aos associados de institutos de previdência e sua oferta, não suficiente em termos quantitativos (DENALDI, 2003). Nas décadas de 1960 e 1970, as favelas passaram a ser compreendidas como assentamentos “subnormais”, enxergadas como um problema de déficit de moradia que necessitava de controle social, sendo sua erradicação promovida ativamente pelo Estado, através de políticas de remoção, com a transferência de sua população para conjuntos habitacionais situados em áreas periféricas.

Em 1964, no período militar (Governo Castelo Branco), foi criado o BNH - Banco Nacional de Habitação. O BNH financiou obras de habitação, saneamento básico e urbano e projetos nas áreas de transporte e energia. O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) operou, principalmente, com recursos provenientes de poupanças compulsórias, como o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e voluntárias (cadernetas de poupança) (DENALDI, 2003). Em relação às favelas, a linha de atuação do BNH enfatizava a erradicação. No Rio de Janeiro, foi criada em 1968 a CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana da Grande Rio, órgão ligado ao BNH. Seu objetivo era erradicar as favelas existentes no Rio de Janeiro e tornar seus moradores proprietários de casas fora da favela (BNH 1971, apud DENALDI, 2003). Essas políticas, porém, foram se revelando ineficientes, sobretudo, quanto ao atendimento das necessidades das populações removidas, bem como pela carência de recursos para dar continuidade aos programas de remoção (LEITÃO; DELECAVE, 2011). Entre 1962 e 1974, foram removidas 80 favelas e destruídos 26.193 barracos que abrigavam 139.218 moradores, localizados principalmente na zona sul do Rio de Janeiro (VALLADARES, 1978 apud DENALDI, 2003).

A partir de meados da década de 1970, começam a surgir programas habitacionais alternativos que se destinavam à construção de moradias pelos regimes de mutirão e/ou de ajuda mútua para promover a efetiva urbanização de comunidades faveladas. Na cidade do Rio de Janeiro, a urbanização da favela Brás de Pina é considerada um marco deste período e foi implementada pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO) - um dos órgãos executores da política habitacional e agente financeiro do BNH (LEITÃO; DELECAVE, 2011). A forma como o projeto foi desenvolvido rompeu com o modelo de intervenções higienistas e de remoções promovidas pelo poder público e propunha melhorias de infraestrutura (curto prazo), melhoria habitacional (médio prazo) e desenvolvimento socioeconômico da população favelada (longo prazo) (BLANK, 1979 apud LEITÃO; DELECAVE, 2011).

Ainda na década de 1970, as políticas de habitação para as favelas sofrem alterações, pois os elevados índices de inadimplência do BNH traduzem-se na redução da disponibilidade de recursos. A população de baixa renda, impossibilitada de arcar financeiramente com os custos propostos, é excluída do atendimento. Segundo Denaldi (2003), o SFH ampliou a provisão de habitação no Brasil, mas não atingiu expressivamente os setores de baixa renda e não conseguiu solucionar a crise habitacional. Aproximadamente metade das unidades financiadas (48,8%) pelo BNH foi destinada aos setores de classe média (*ibidem*). Após a extinção do BNH, em 1986, a Caixa Econômica Federal incorporou suas atividades e tornou-se agente operador do FGTS.

É neste período que as políticas de urbanização de favelas começam a ser institucionalizadas no âmbito municipal, como parte integrante da política de habitação. No Rio de Janeiro, as propostas visavam transformar as favelas em bairros populares. A atuação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a implementação de ações como o projeto “Todos Juntos, Participando” (Projeto Mutirão) apontavam para uma mudança na relação entre a administração municipal e as comunidades faveladas (LEITÃO; DELECAVE, 2011). O Projeto Mutirão propunha a participação dos moradores na realização das obras de saneamento básico, de modo a reduzir custos e a ampliar as possibilidades de intervenção da população nas ações promovidas pelo poder público (*ibidem*).

A promulgação da Constituição Federal em 1988, estimulou a descentralização das políticas públicas e associou o processo de descentralização ao de municipalização. Denaldi (2003) e Leitão e Delecave (2011) evidenciam que as questões referentes às invasões de terra passaram a alçada dos municípios, o que fortaleceu sua autonomia sobre a questão habitacional das favelas. Ademais, na década de 1990, o neoliberalismo fortalece as propostas de descentralização, como um meio para democratizar e aumentar a eficácia das políticas públicas (GARCIA, 1995 apud DENALDI, 2003). Neste período, registra-se o aprimoramento e difusão dos programas de urbanização e a maioria dos governos começa a desenvolver programas de urbanização de favelas. São estabelecidas recomendações para a elaboração de políticas abrangentes de urbanização (DENALDI, 2003). Leitão e Delecave (2011) ressaltam, como resultado desta mudança de concepção das políticas para as favelas, o programa municipal de desfavelamento, estabelecido pelo Plano Diretor de 1992, que reafirmou a ideia da integração das favelas como parte efetiva do tecido urbano formal. O objetivo era promover a melhoria das condições de vida da população favelada e integrá-la à cidade. A partir das diretrizes contidas no Plano Diretor, o Programa Favela-Bairro é criado em 1993, com o objetivo de

melhorar o acesso à infraestrutura e a oferta de equipamentos públicos nas favelas. O programa se tornaria uma referência para iniciativas similares implementadas na América Latina (DUREN; OSÓRIO, 2020).

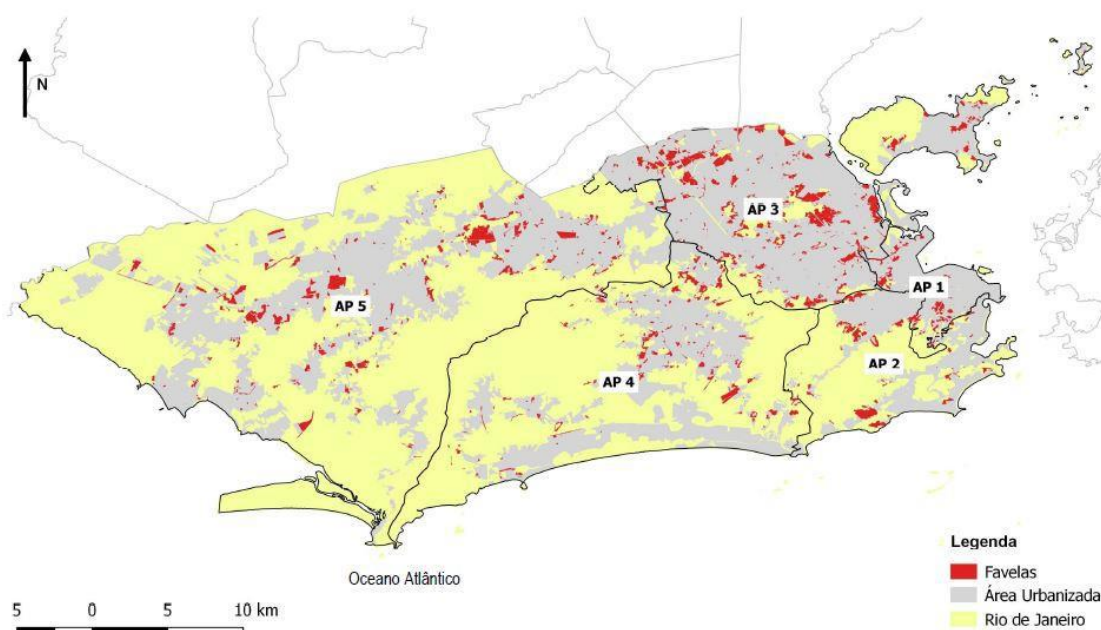
Desde então, o tipo de intervenção pública nas favelas mais praticado passou a ser a urbanização, tendo como principal protagonista os municípios. Na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o quadro de programas governamentais implementados nas favelas do SABREN (2018), 6 dos 10 programas realizados são de urbanização (Favela Bairro, Grandes Favelas, Bairrinho, Morar Carioca, Projeto Rio e Programa Estadual de Urbanização). Os demais são o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizado em parceria com o Governo Federal; o Programa de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) - um programa de segurança implantado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro; o Sistema de Alerta e Alarme Comunitário para redução de riscos e desastres relacionados a chuvas fortes; e o Programa Territórios Sociais, uma iniciativa da Prefeitura do Rio em parceria com a *ONU-Habitat*, que trabalha na identificação das famílias não foram inseridas nas ações socioassistenciais já existentes no município.

CAPÍTULO II – FAVELA BAIRRO E MORAR CARIOCA

Neste capítulo serão apresentados os programas municipais Favela Bairro e Morar Carioca, realizados pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1990 e 2020. Cada um dos programas será analisado com destaque para seus objetivos, orçamento, realização e resultados. Antes de discutir os programas, é necessário entender a distribuição geográfica das favelas na cidade e a divisão administrativa do município em “Áreas de Planejamento”, que serão utilizadas como referência para a discussão realizada na monografia.

O município é dividido em 5 Áreas de Planejamento (AP), estabelecidas pela divisão do território municipal a partir de critérios de compartimentação ambiental, de características histórico-geográficas e de uso e ocupação do solo (RIO DE JANEIRO, 2021). A distribuição das favelas pelo território da cidade não é homogênea, conforme é possível visualizar na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Localização das favelas na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Ximenes (2019) com dados da SABREN (2018).

A Área de Planejamento 1 (AP1) corresponde aos bairros da área central (incluindo a região portuária), região na qual foi iniciada a ocupação da cidade. Possui grande dinamismo econômico e concentra a maioria dos postos de trabalho da região metropolitana, com forte

atividade comercial. É a região para a qual converge a maioria dos modais de transporte público (XIMENES, 2019).

A Área de Planejamento 2 (AP2) corresponde aos bairros da faixa litorânea da zona sul e da região da Tijuca. Compreende a principal área turística da cidade e concentra a população de maior renda de toda a região metropolitana (XIMENES, 2019). Suas favelas estão localizadas principalmente em enclaves dispostos nas encostas dos maciços que circundam a região (*ibidem*).

A Área de Planejamento 3 (AP3) corresponde aos bairros residenciais de classe média da zona norte ou do subúrbio, que cresceram e se consolidaram ao longo das linhas de trem que cruzam a região. Possui um passado industrial que foi de grande importância para a cidade até meados da década de 1970 – principalmente nos bairros Caju, Bonsucesso, São Cristóvão e Benfica. É cortada por grandes eixos rodoviários que conectam a cidade com os demais estados da região (XIMENES, 2019).

A Área de Planejamento 4 (AP4) corresponde às regiões da Barra da Tijuca e da Baixada de Jacarepaguá, que se consolidaram na última década como principal frente de expansão do mercado imobiliário na cidade (XIMENES, 2019). Ela apresenta altos índices de crescimento populacional desde a década de 1990 e recebeu cerca de 49% de todas as unidades residenciais e 53% de todas as unidades comerciais lançadas na cidade entre 2003 e 2013 (ADEMI, 2014 apud XIMENES, 2019). Vale ressaltar que a AP4 também se caracteriza por abrigar um volume considerável de população de alta renda, principalmente nos bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes (XIMENES, 2019). A região recebeu a grande maioria dos investimentos ligados ao ciclo de grandes eventos esportivos ocorrido na cidade na última década. Estava prevista a urbanização de todas as suas favelas pelo Morar Carioca (segundo dados da SABREN (2018), baseados no Censo Demográfico, em 2010, 86% de suas favelas não eram urbanizadas). Todavia, a execução do programa foi inferior ao escopo inicial (CORRÊA; CAVALLAZZI, 2020). Na AP4 foram instalados os parques olímpicos dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Além disso, recebeu uma nova linha de metrô e investimentos em seu sistema viário (XIMENES, 2019).

Por fim, a Área de Planejamento 5 (AP5) corresponde aos bairros da zona oeste da cidade, que se caracterizam por uma expansão urbana de baixa densidade e sob a forma de loteamentos populares, em grande parte marcados por irregularidades urbanísticas. Ela foi uma frente de expansão importante para os empreendimentos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (XIMENES, 2019).

Dados fornecidos pelo Instituto Pereira Passos (IPP), baseados em quesitos do Censo Demográfico 2010, indicam que mais de 1 milhão e 400 mil cidadãos cariocas residiam em favelas, o que equivale a aproximadamente de 23% da população residente. Os dados da Tabela 1 evidenciam que a AP1 se destaca por ter o maior percentual de seus moradores residindo em favela: aproximadamente um terço de sua população vive nessa condição. Além disso, apresentou o segundo maior crescimento da população favelada entre 2000 e 2010 (28%). Apesar de ser uma região pouco residencial (abriga apenas 7% dos moradores da cidade), o berço das favelas no Rio de Janeiro ainda concentra volumes expressivos desta população. A AP2 concentra 17% da população residente em favelas da cidade, entretanto possui grande visibilidade nos principais veículos de comunicação por ser a principal região turística do município (e do país). A AP3 possui a segunda maior relação de moradores de favela em comparação à população geral (27%) e concentra quase metade da população moradora em favelas do Rio de Janeiro (45%), com mais de 650.000 pessoas nessa condição. Na AP4 houve um crescimento expressivo da população residente em favela na última década – superior a 50% – que acompanhou o crescimento da população da região com um todo. Por fim, a AP 5 possui 16% de sua população residindo em favelas, porém é a segunda região com o maior número de habitantes de favela (mais de 274.000).

Tabela 1 - População residente em favela na cidade Rio de Janeiro por AP (2010)

	Pop. residente	Pop. residente em Favela	% Pop. Residente em Favela	% em relação a pop. total da cidade	% em relação a pop. total das favelas	% crescimento da pop. residente fora da favela (2000/2010)	% crescimento da pop. residente da favela (2000/2010)
AP 1	297.976	103.296	35%	5%	7%	4%	28%
AP 2	1.009.170	174.149	17%	16%	12%	-1%	15%
AP 3	2.399.159	654.755	27%	38%	45%	-1%	11%
AP 4	909.368	236.834	26%	14%	16%	28%	53%
AP 5	1.704.773	274.739	16%	27%	19%	8%	15%
Rio de Janeiro	6.320.446	1.443.773	23%	100%	100%	5%	19%

Fonte: IPP (2012)

Ao analisar o histórico das políticas urbanas no Brasil, observa-se que somente a partir dos anos 1980 a favela e seus moradores passaram a ser reconhecidos como parte integrante da dinâmica das cidades, tornando-se público-alvo de políticas públicas que consolidavam seu lugar na estrutura urbana (CORRÊA; CAVALLAZZI, 2020). Programas como o Favela Bairro, desenvolvido no Rio de Janeiro, tornaram-se referência para iniciativas similares

implementadas na América Latina, como, por exemplo, na Argentina (1996), Uruguai (1997), Equador (1997) e Bolívia (1998) (DUREN; OSÓRIO, 2020).

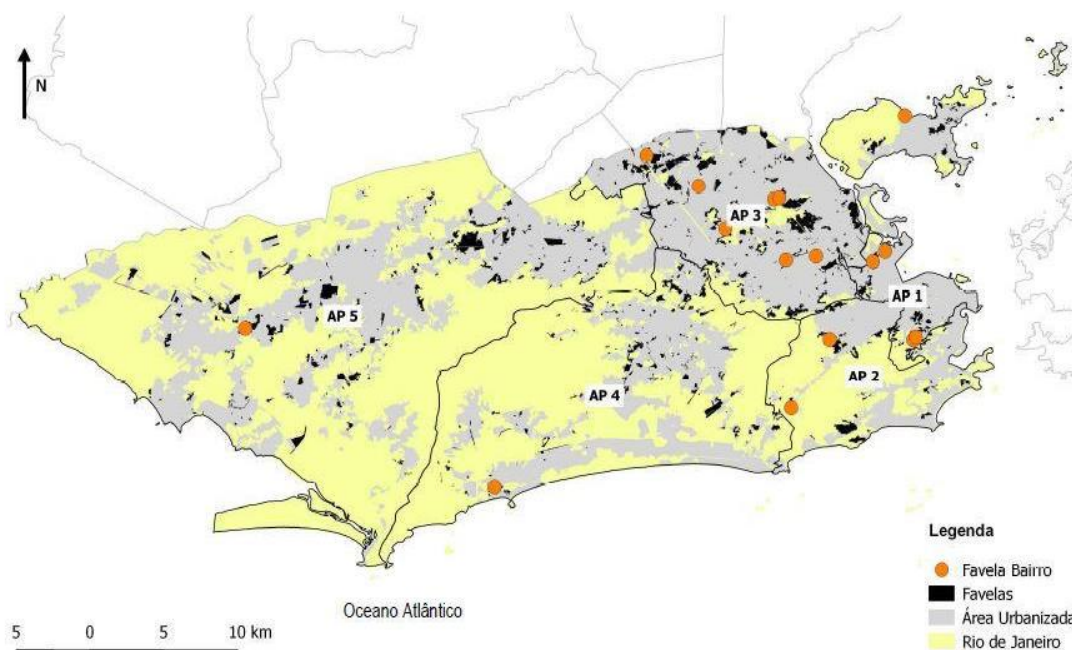
Nessa perspectiva, serão apresentadas as características dos principais programas de urbanização de favelas implementados na cidade do Rio de Janeiro no período recente: Favela Bairro e Morar Carioca. A ideia subjacente é identificar se tais programas contribuíram para a redução da condição de vulnerabilidade de suas respectivas populações.

2.1 Favela Bairro

O programa Favela Bairro (FB) teve seu início em 1993, na gestão do prefeito César Maia (1993-1997). Entrou em vigor em 1994 e se manteve ativo até 2008, quando sua segunda fase foi concluída. O programa tinha como objetivo melhorar o acesso à infraestrutura e à oferta de equipamentos públicos nas favelas, integrando-as ao *“tecido urbano circundante e elevar seus serviços urbanos ao mesmo nível do resto do Rio de Janeiro através de melhorias na infraestrutura e aumentos de serviços no local”* (DUREN; OSÓRIO, 2020, p. 10). Esta melhoria deveria ser alcançada através de obras de acessibilidade, saneamento, espaços de lazer e equipamentos públicos.

O FB surge em meio a um movimento da Prefeitura em direção à urbanização da cidade - no mesmo ano foi criado o Projeto Rio Cidade, que visava a requalificação urbana de vários bairros, mas não incorporava as favelas, que tiveram um programa próprio (XIMENES, 2019). Em 1994, também foi criada a Secretaria Municipal de Habitação que reuniu técnicos de vários órgãos com experiência prévia em trabalho com favelas e loteamentos clandestinos (CARDOSO; ARAÚJO, 2007 apud XIMENES, 2019). A primeira fase do programa durou 3 anos (1993-1996), contou com recursos da Prefeitura e atendeu 24 favelas, localizadas majoritariamente na AP3 (SABREN, 2018), conforme Figura 2.

Figura 2 - Favelas atendidas pela primeira fase do Programa Favela-Bairro



Fonte: Ximenes (2019) com dados do SABREN (2018).

Foram escolhidas favelas de porte médio e que já tivessem recebido investimentos anteriores de urbanização ou saneamento, para tentar otimizar os resultados do programa CARDOSO; ARAUJO, 2007 apud XIMENES, 2019). Além disso, foram excluídas favelas localizadas em áreas de risco. Esta primeira fase do programa possuía um orçamento de US\$ 300 milhões. Foram realizadas melhorias de saneamento básico (tubulações de água, sistema de esgoto, ruas, drenagem de águas pluviais e coleta de lixo) e iluminação pública. Também foram implementadas medidas relacionadas a reflorestamento, criação de creches, praças, áreas para esportes recreativos e centros de participação comunitária (DUREN; OSÓRIO, 2020).

Em 1997, o programa recebeu apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por intermédio de uma linha de financiamento intitulada Programa de Assentamentos Precários (PROAP). Segundo Ximenes (2019), esse fato foi fundamental para uma expansão significativa da atuação do programa. Em 2000, o contrato com o BID foi renovado e foi iniciada sua segunda fase, o Favela Bairro II (2000-2008). A segunda fase também possuía orçamento de US\$ 300 milhões – cofinanciados igualmente pela Prefeitura do Rio de Janeiro e

pelo BID. Sua abrangência incluía 88 favelas (64 favelas e 24 subdivisões irregulares⁶), um número muito superior ao da primeira fase (DUREN; OSÓRIO, 2020). Segundo os autores, além das melhorias na infraestrutura, como as realizadas no Favela Bairro I, o Favela Bairro II (FB II) incluiu atividades de apoio ao desenvolvimento infantil, educação de adultos, serviços sociais, desenvolvimento comunitário e regularização de propriedades. O objetivo era aumentar os salários dos membros das famílias para viabilizar a superação da condição de pobreza. Os jovens, especialmente, foram treinados para trabalhar nos centros de saúde, educação, esportes, meio ambiente, cultura e turismo das suas comunidades.

Dos US\$ 300 milhões investidos no FB II, US\$ 250 milhões foram destinados a custos diretos do programa, dos quais 70% do orçamento total foram destinados à melhoria da infraestrutura (US\$ 211 milhões). O financiamento para ajudar crianças e adolescentes foi equivalente a US\$ 25,5 milhões, com a seguinte destinação: US\$ 9 milhões para o treinamento profissional e geração de renda e US\$ 4,5 milhões para monitoramento e avaliação do programa. Os custos indiretos incluíram juros, taxas de crédito, inspeção, supervisão, administração e apoio à gestão, que, somados, representaram o restante (US\$ 50 milhões) do orçamento (DUREN; OSÓRIO, 2020).

Após 10 anos de sua conclusão, Duren e Osório (2020) realizaram análise empírica, baseada em pesquisa de campo (realizada por técnicos de arquitetura e engenharia) sobre as condições de infraestrutura nas 88 favelas do programa e em 10 outras favelas que formavam um grupo de controle, para avaliar o programa. Os autores obtiveram dados importantes sobre os resultados de longo prazo da 2ª fase do programa. De acordo com os autores, estudo anterior realizado por Atuesta e Soares (2016) constatou que o FB II teve um impacto positivo e significativo na vida das pessoas. Os dados eram de 2005, quando o FB II havia sido concluído em cerca de metade das favelas. Foram diagnosticadas melhorias em: esgoto, iluminação pública, distribuição de correspondência nas caixas de correio das propriedades e fornecimento confiável de água. Contudo, na pesquisa mais recente realizada por Duren e Osório (2020), o resultado da análise indica que, com o passar dos anos, a maioria das favelas que participaram do programa sofreu significativa piora da infraestrutura.

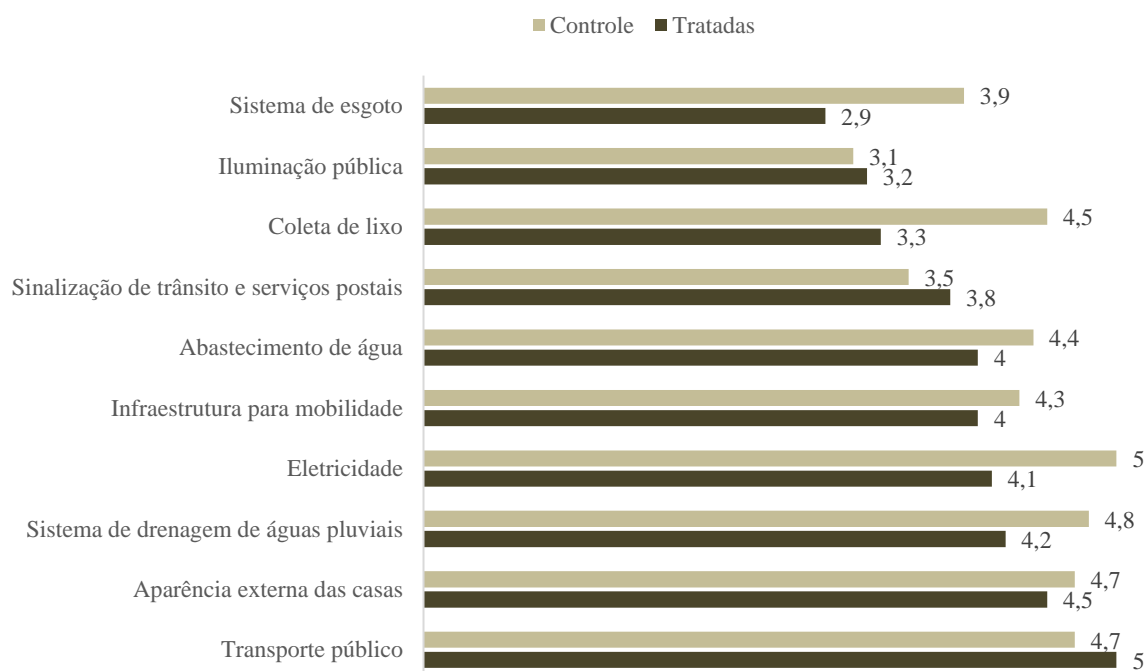
⁶ Subdivisões irregulares são bairros informais que não haviam sido declarados como favelas consolidadas pelo município do Rio de Janeiro (DUREN e OSÓRIO, 2020) e que formavam um Complexo de Favelas. Em 2010, para fins de definição das áreas prioritárias a serem urbanizadas no âmbito do Programa Morar Carioca, a Secretaria Municipal de Habitação e Cidadania (SMHC) classificou as favelas quanto à sua situação no tecido urbano em favelas isoladas e favelas em complexo, que conformam, junto com outras favelas, uma única mancha urbana ou guardam fortes relações históricas entre si (SABREN, 2018).

A pesquisa de Duren e Osório (2020) foi realizada em duas partes: um estudo qualitativo baseado em grupos focais destas favelas para capturar a percepção dos beneficiários diretos sobre as melhorias; e uma avaliação padronizada do estado de manutenção da infraestrutura nas 88 favelas melhoradas pelo FB II, através de inspeções técnicas. Para a pesquisa foram abordadas outras 10 favelas que compuseram o grupo de controle⁷, ou seja, favelas que não sofreram nenhuma melhoria do FB II ou de qualquer outro programa, mas que possuíam características compatíveis com as favelas selecionadas. O objetivo dos autores com esta estratégia era capturar tanto o estado físico da infraestrutura, quanto o seu impacto sobre os usuários. A avaliação padronizada encontrou problemas com o sistema de pavimentação de ruas e de drenagem em uma de cada três favelas melhoradas, e pouca iluminação e esgoto nas ruas em duas de cada três favelas. Os grupos focais identificaram melhorias no padrão de vida dos moradores imediatamente após os investimentos, mas apontaram problemas recorrentes com esgotos, eletricidade, iluminação pública e pavimentação. Além disso, os grupos focais relataram superlotação em centros de saúde e escolas públicas.

Com os dados coletados para cada favela, a equipe gerou um indicador sintético que assume valores entre 0 e 6, sendo que 0 significa não operacional e 6 significa em excelente condição. Criou-se também um indicador composto, o Índice Geral de Infraestrutura, que é a média geométrica dos indicadores para cada tipo de infraestrutura ou serviço público no nível da favela. Quanto maior o valor, melhor o estado da infraestrutura. Foram analisadas 10 diferentes infraestruturas, cujos resultados podem ser visualizados no gráfico abaixo:

⁷As favelas de controle eram o mais próximas possível das favelas tratadas com base no Índice de Desenvolvimento Humano, construído usando o Censo de 2000. A equipe também escolheu as favelas que se assemelhavam fisicamente (geografia e localização) às favelas tratadas e tinham entre 500 e 2.500 famílias (DUREN; OSÓRIO, 2020).

Gráfico 1 - Índice de infraestrutura nas favelas tratadas e de controle



Nota: Pontuação: 0 = não operacional; 6 = em excelente condição.

Fonte: Duren e Osório (2020).

As favelas tratadas pelo programa, 10 anos após sua conclusão, obtiveram pontuações mais baixas do que as favelas de controle, de forma estatisticamente significativa, em 7 das 10 infraestruturas analisadas. O sistema de esgoto, o lixo e a eletricidade tiveram a pior pontuação entre as favelas beneficiadas pelo programa. Em contrapartida, o transporte público, a sinalização de trânsito e serviços postais e a iluminação pública destas favelas se mostraram superiores às de controle, por alguns décimos. Os sistemas de esgoto nas favelas beneficiadas tiveram a pior pontuação em todos os tipos de infraestrutura e serviços (pontuação igual a 2,9), o que demonstra a gravidade do problema. Segundo os autores, durante as visitas de campo ficou evidente que, mesmo que o FB II houvesse conectado o sistema de esgoto doméstico à rede pública, a capacidade instalada não conseguiria atender a demanda existente. Dados de campo mostraram que 2 a cada 3 favelas tinham sistemas de esgoto entupidos e muitos moradores reclamaram do refluxo e da proximidade dos canais abertos de esgoto. A coleta de lixo também foi um grande problema em mais da metade das favelas tratadas, segundo o estudo. A coleta de lixo doméstico não era feita de porta em porta para 40% das favelas do grupo tratado. Outra queixa comum relatada foi a ausência de lixeiras nas ruas. Estes dois problemas estão diretamente relacionados à seguintes causas levantadas pelos autores: o crescimento

populacional acima da média nas favelas e o aumento da demanda por essas infraestruturas, consequência da valorização do espaço criada pelos próprios programas que atraíram um maior número de moradores para o local.

De acordo com dados do IPP (2012), entre 2000 e 2010, período em que o FB II foi realizado, enquanto a média da população geral (residentes e não residentes de favelas) da cidade do Rio de Janeiro cresceu 5%, a população moradora de favelas aumentou 19%. Este intenso crescimento populacional, segundo Doren e Osório (2020, p. 16), “*sobrecarregou bastante a sua infraestrutura*”. Em outras palavras, o aumento populacional das favelas registrado no período superou a capacidade física das melhorias realizadas, colaborando para sua precarização. Somado a este fator, os autores levantam a hipótese de que os bairros tratados densificaram-se rapidamente após a conclusão das obras, pois as melhorias efetuadas os tornaram mais atrativos, aumentando a demanda por infraestruturas. Esta hipótese é sustentada por Cavalcanti, Da Mata & Santos (2018), que associaram, através de um modelo criado a partir dos dados das favelas da cidade de São Paulo entre 1980 e 2000, o fornecimento de melhorias das infraestruturas por políticas públicas a um aumento de 1,79% do número de moradores de favelas. Esta relação entre os programas urbanização, melhoria habitacional das favelas e o aumento populacional será aprofundada no Capítulo 3.

Quanto à iluminação, que ocupou o 2º pior lugar no estudo com pontuação igual a 3,2, em metade das favelas visitadas, em ambos os grupos - tratados e controle, havia falta de manutenção de rotina das lâmpadas de iluminação pública. Por sua vez, a eletricidade apresentou avaliação mais positiva (4,1), o que indicou que a falta de serviço de eletricidade não estava causando má iluminação pública (DUREN; OSÓRIO, 2020). Os moradores relatam que o crescimento da população estimulou o uso de eletrodomésticos, principalmente no verão, o que pode estar associado às quedas de energia.

A questão populacional é novamente levantada na avaliação do abastecimento de água, pois apesar da pesquisa retornar o resultado de que o serviço de água não era um grande problema, em 94% das favelas os moradores se queixaram de serviços inconstantes, que atribuíram ao tamanho inadequado das tubulações devido ao crescimento da população.

A infraestrutura para a mobilidade (pontuação 4) e transporte público (pontuação 5) melhoraram, mas algumas favelas precisavam de atenção. Ruas pavimentadas, bicos, escadarias e outras infraestruturas para a mobilidade tiveram avaliação positiva. O acesso ao transporte público foi o primeiro no *ranking* entre o grupo tratado, mas também ficou alto no *ranking* entre o grupo de controle. Nos dois grupos, 80% dos entrevistados afirmaram que não

levam mais de 5 minutos para caminhar até uma rua próxima com acesso a transporte público. Não foram encontradas diferenças estatísticas na média dos grupos de controle e tratado. Assim, segundo os autores, embora o FB II se concentrasse principalmente na pavimentação de ruas e na construção de escadarias, passarelas e calçadas, o grupo de controle tinha infraestrutura de mobilidade semelhante à das favelas tratadas quando avaliadas dez anos depois.

A pontuação alta da aparência externa das casas nas favelas tratadas também foi perceptível. Esse foi o único indicador que dependia diretamente do comportamento individual, o que indicava que as pessoas limpavam e mantinham as frentes de suas próprias casas.

Em suma, os resultados do estudo mostraram que *“quaisquer ganhos experimentados pelas favelas tratadas, nesses serviços, foram perdidos e revertidos para o mesmo nível — ou um nível pior — que o das favelas de controle, o que reflete as condições, em 2010, do grupo tratado”* (DUREN; OSÓRIO, 2020, p.32). Portanto, as melhorias na infraestrutura diagnosticadas no primeiro estudo realizado em 2005, foram completamente perdidas nos dez anos após a conclusão do FB II. Segundo os autores, as causas desta deterioração múltiplas e complexas, muitas além do âmbito do FB II, podem estar relacionadas à demanda extra sobre a infraestrutura em favelas dos morros, ao crescimento populacional e a altos níveis de violência local.

Além disso, Duren e Osório (2020) ressaltam que a própria topografia seria um dos responsáveis pelo baixo desempenho da infraestrutura. As favelas planas obtiveram um resultado geral superior às favelas localizadas em morros, com um índice geral de 3,86 comparado a 3,36. Os autores destacam que esse é um resultado esperado pois, quando chove muito, é mais difícil gerenciar o acúmulo de água e manter a infraestrutura adequadamente nas favelas. Isso se aplicou especialmente a infraestruturas associadas à mobilidade e ao transporte, pois o asfalto nas favelas dos morros é mais facilmente danificado em períodos de chuva (*ibidem*). O estudo encontrou evidências empíricas de que as colinas podem sofrer mais danos, porque sua topografia facilita a erosão da água na calçada quando chove, levando a um desempenho menor nas favelas dos morros quando comparadas as planas. Ressaltam ainda a importância da distribuição geográfica das favelas participantes do programa. As favelas planas estão predominantemente localizadas na zona oeste do Rio, enquanto as dos morros estão no norte, centro e sul da cidade. O FB II teve sua maior atuação na região norte, que na época possuía a maior concentração de favelas. Desta forma, é condizente o resultado encontrado de que a área norte tem o maior número de favelas com infraestrutura de baixo desempenho sob este indicador.

Importante ressaltar que para a análise dos indicadores por tamanho da população, as favelas foram divididas em três grupos: grandes (1.700–2.500 famílias), médias (1.100–1.700) e pequenas (500–1.100). Os sistemas de esgoto e drenagem de águas pluviais mostraram uma diferença significativa entre favelas grandes e pequenas, mas não entre pequenas e médias. Isso indica que quanto maior a favela, piores são os resultados desses indicadores e maior a necessidade de investimento quando as favelas são mais populosas. Portanto, há evidências de que a capacidade projetada é menor do que a população atual atendida.

Por fim, a questão da violência é levantada como um dos fatores de relevância para os resultados obtidos. O tráfico presente nas favelas do Rio de Janeiro seria um dos responsáveis pela deterioração da infraestrutura ao longo do tempo. Segundo os autores, esta deterioração ocorre porque as equipes responsáveis pelo abastecimento de água, eletricidade, iluminação e transporte público não podem entrar com segurança ou não se sentem seguras nessas áreas. Os traficantes dificultam a manutenção adequada, marcam seu território destruindo intencionalmente a infraestrutura ou por meio do vandalismo para facilitar sua ocultação no território e dificultar o acesso da polícia. Para analisar o índice de violência em cada favela, Duren e Osório (2020) utilizaram a presença da UPP como parâmetro. As UPPs são uma extensão das delegacias de polícia e estão localizadas onde a polícia espera níveis mais altos do que a média de criminalidade e violência (FELBAB-BROWN, 2011 apud DUREN e OSÓRIO, 2020). As localizações das UPPs do Rio foram utilizadas como *proxy* para a distribuição espacial do crime. Para a análise deste parâmetro, as favelas foram divididas em dois grupos: as que possuem UPP e as que não possuem. Como resultado, as favelas que não possuem UPP tiveram indicadores melhores.

2.2 Morar Carioca

O Morar Carioca destaca-se como o programa de urbanização de favelas que marcou as duas gestões de Eduardo Paes (2009-2012 e 2013-2016) à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro. Foi coordenado pela SMH e recebeu volumosos recursos internacionais por meio de financiamentos do BID (XIMENES, 2019). O objetivo, segundo a Prefeitura do Rio, era urbanizar todas as favelas do município até 2020. Neste período, a cidade passava por um processo de reordenamento do ambiente construído, girando em torno da transformação do Rio de Janeiro em cidade-sede de grandes eventos esportivos internacionais: Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Rio+20 (2012), Jornada Mundial da

Juventude (2013), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) (CORRÊA; CAVALLAZZI, 2020).

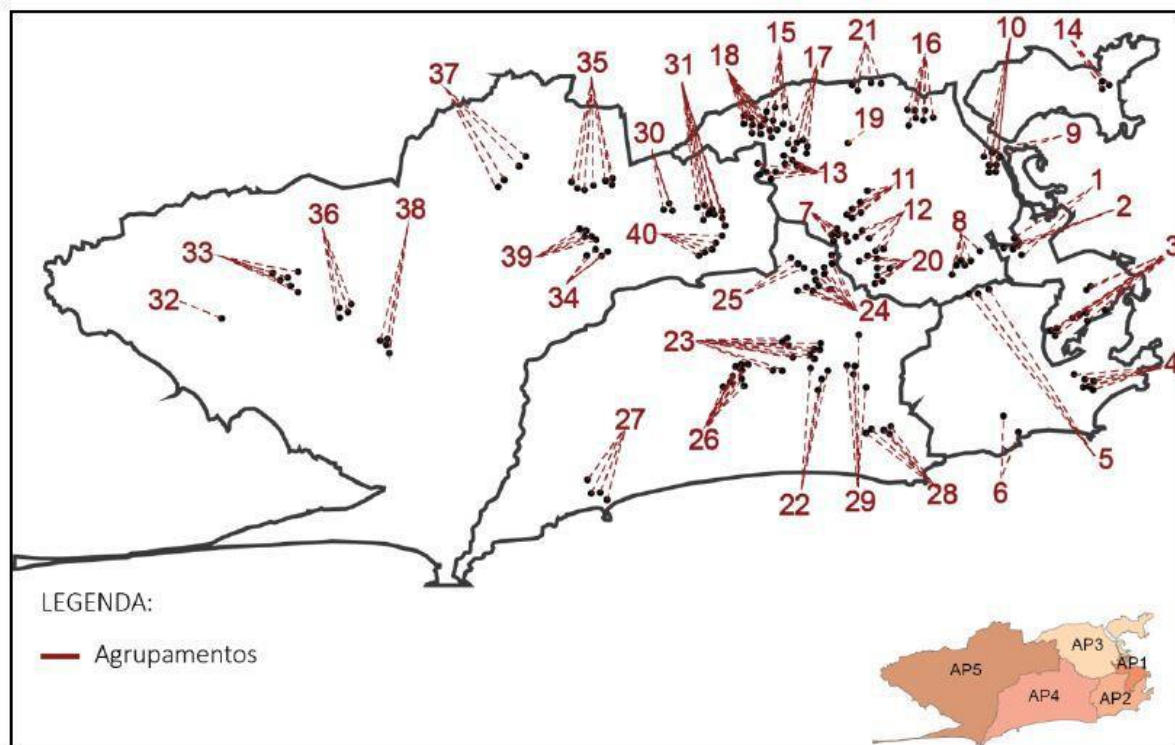
O programa Morar Carioca teve sua concepção, desenho institucional e intervenções alinhadas ao objetivo de tornar a cidade apta a promover o sucesso destes eventos (XIMENES, 2019) e era considerado como o ‘legado social’ do Rio de Janeiro’ na década dos megaeventos (CORRÊA; CAVALLAZZI, 2020). Ao mesmo tempo, este discurso também foi utilizado para endossar a justificativa da política de remoções forçadas no entorno das grandes obras e dos *clusters* olímpicos (XIMENES, 2019), política alvo de fortes críticas (CORRÊA; CAVALLAZZI, 2020).

Tendo como referência o Programa Favela Bairro, desenvolvido na década anterior e considerado um caso paradigmático na relação poder público e favela carioca, o Programa Morar Carioca buscava superar seu antecessor tanto no montante investido quanto na abrangência da intervenção pública (CORRÊA; CAVALLAZZI, 2020). O Morar Carioca tinha como objetivo urbanizar todas as favelas da cidade até 2020, com exceção das favelas que já haviam recebido obras de urbanização por políticas públicas anteriores (sendo consideradas como favelas urbanizadas) ou que não eram passíveis de urbanização, tendo como critérios situações de risco e inadequação ao uso habitacional da área ocupada (TCMRJ, 2011; PAES e MAGALHÃES, 2010 apud XIMENES, 2019). Para alcançar tal objetivo, previa-se a execução do programa em três fases.

Em sua primeira fase, que teve início em 2010, o programa incorporou os projetos cujos financiamentos já estavam em fase de contratação e execução, ou que faziam parte do banco de projetos da SMH (CAVALCANTI, 2017). A segunda fase, lançada também em 2010, envolveu uma articulação institucional mais ampla, com a realização do “Concurso Morar Carioca – Conceituação e Prática em Urbanização de Favelas”. Até o ano de 2012, seriam investidos 2 bilhões de um total de 8 bilhões de Reais destinados ao Programa (LEITÃO; DELECAVE, 2011). Por meio deste concurso, seriam selecionados 40 escritórios que passariam a compor um cadastro técnico disponibilizado à SMH, aos quais seriam distribuídos agrupamentos de favelas como áreas de atuação (XIMENES, 2019). Conforme apresentado por Corrêa e Cavallazzi (2020), de acordo com o regulamento do concurso, as equipes deveriam apresentar propostas abordando aspectos de acessibilidade e mobilidade, saneamento básico e habitação, sendo este último um avanço em referência ao Favela Bairro, que não previa intervenção ou provisão de

unidades habitacionais. Dentre o total de 625 favelas⁸, o Concurso Morar Carioca seria responsável por selecionar 253 favelas, que poderiam ser isoladas ou complexos, divididas em 40 agrupamentos, distribuídos entre as cinco APs do município (Fig. 3).

Figura 3 - Agrupamentos do Concurso Morar Carioca



Fonte: Corrêa e Cavallazzi (2020)

Tendo como critério de priorização a proximidade das favelas aos locais em que haveria competições ou instalações construídas para os Jogos Olímpicos, a proposta do Programa era ter todos os escritórios contratados entre os anos de 2011 e 2012 e a conclusão das obras em até dois anos após a contratação (CAVALCANTI, 2017). Ao contrário do Programa Favela Bairro, o Morar Carioca não estabelecia critérios claros sobre as favelas que seriam contempladas, unificando sua atuação sob a meta de urbanizar todas as favelas cariocas (CORRÊA; CAVALLAZZI, 2020). Desse modo, as favelas selecionadas para serem abrangidas pelo Concurso apresentavam uma composição diversificada, com características distintas.

De acordo com Corrêa e Cavallazzi (2020), a organização das favelas por agrupamentos não possuía equilíbrio em relação ao número de favelas e suas respectivas dimensões na

⁸ Este número não contabiliza as subdivisões irregulares (favelas que compõem um Complexo), de acordo com a classificação da SMHC de 2010.

composição dos agrupamentos: enquanto alguns eram formados por 12 favelas, outros eram compostos por uma única favela. Essa diferença entre o número de favelas de cada agrupamento também não considerava seu porte, criando um desequilíbrio ainda maior entre os agrupamentos. Ao não apresentar critérios claros para a sua elaboração, a metodologia dos agrupamentos apenas servia para abranger mais favelas em um único projeto, não necessariamente atendendo a todas de forma igualitária (*ibidem*).

Apesar da grande repercussão e articulação política e institucional em torno desta nova fase, poucos contratos foram firmados e as intervenções não cumpriram o cronograma previsto pelo programa (XIMENES, 2019). Com a aproximação dos Jogos Olímpicos de 2016, no entanto, não somente o Concurso Morar Carioca foi descontinuado, em razão da não contratação da maior parte dos escritórios de arquitetura vencedores e da redução do escopo de trabalho dos poucos contratados, como algumas favelas listadas pelo concurso para serem objeto de intervenção sofreram processo de remoção, cuja justificativa foi a execução de obras de mobilidade vinculadas aos Jogos (CAVALCANTI, 2017). Desta forma, o Morar Carioca teve sua segunda fase bastante comprometida e não chegou a alcançar a terceira fase prevista em seu desenho original, quando contemplaria as demais favelas urbanizáveis com mais de 100 domicílios (TCMRJ, 2011 apud XIMENES, 2019). O processo de desarticulação do Programa ocorre em concomitância à transformação do nome “Morar Carioca” em marca, passando a reunir diversos programas com diferentes escopos, formas de financiamento e objetivos. O programa assumia, assim, uma forma difusa, cuja marca “Morar Carioca” era sua maior referência (CORRÊA, 2019 apud CORRÊA; CAVALAZZI, 2020).

Segundo Corrêa e Cavalazzi (2020), essa indefinição na estrutura do Morar Carioca reflete-se na divulgação de seus resultados. Como não havia identificação da procedência programática de cada intervenção, os resultados apresentados no site do Morar Carioca apresentavam duplicidade com resultados apresentados pelos sites dos outros programas que o compunham. Steiker-Ginzberg (2014, p. 01) afirma, “*o desmantelamento do programa permanece obscuro para aqueles que buscam informações compreensivas sobre o programa*”. A autora enfatiza ainda que o desmantelamento foi de cunho político: em um cenário em que a Prefeitura estava empenhada e focada na realização do evento internacional que viria a receber, era preciso administrar as necessidades temporais, financeiras e espaciais e a forma como o programa foi desenhado já não comportava mais os planos da Prefeitura de obras e melhorias. Algumas favelas, como a Vila União de Curicica, estavam no Projeto Morar Carioca e,

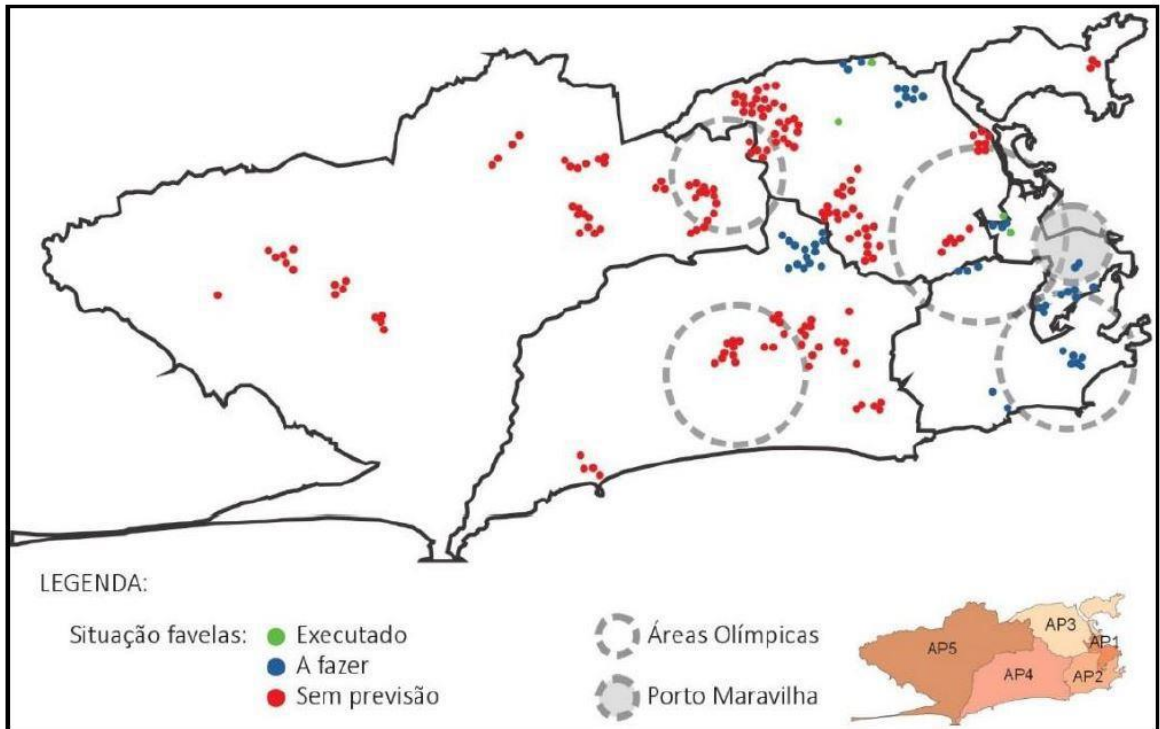
posteriormente, foram excluídas do Programa, sofrendo inclusive ameaça de remoção para as obras do *Bus Rapid Transit* (BRT).

De acordo com os dados da SABREN (2018), que identificou 139 favelas que receberam o Programa Morar Carioca, 48 delas já haviam recebido um programa anteriormente, o que equivale a 34,50% das favelas tratadas, indo na contramão do escopo original do projeto em atingir favelas que ainda não tinham sofrido intervenções.

A execução do Morar Carioca foi realizada de forma diferente do planejado e sua descontinuidade apresenta consequências negativas, como a sobreposição de ações de urbanização e a ampliação da desigualdade de condições entre favelas. Para demonstrar cada um destes aspectos, Corrêa e Cavalazzi (2021) realizaram uma análise comparativa incluindo a sistematização dos dados e produção de mapas, relacionando às favelas que seriam contempladas pelo programa e às favelas registradas no site da Prefeitura como efetivamente contempladas.

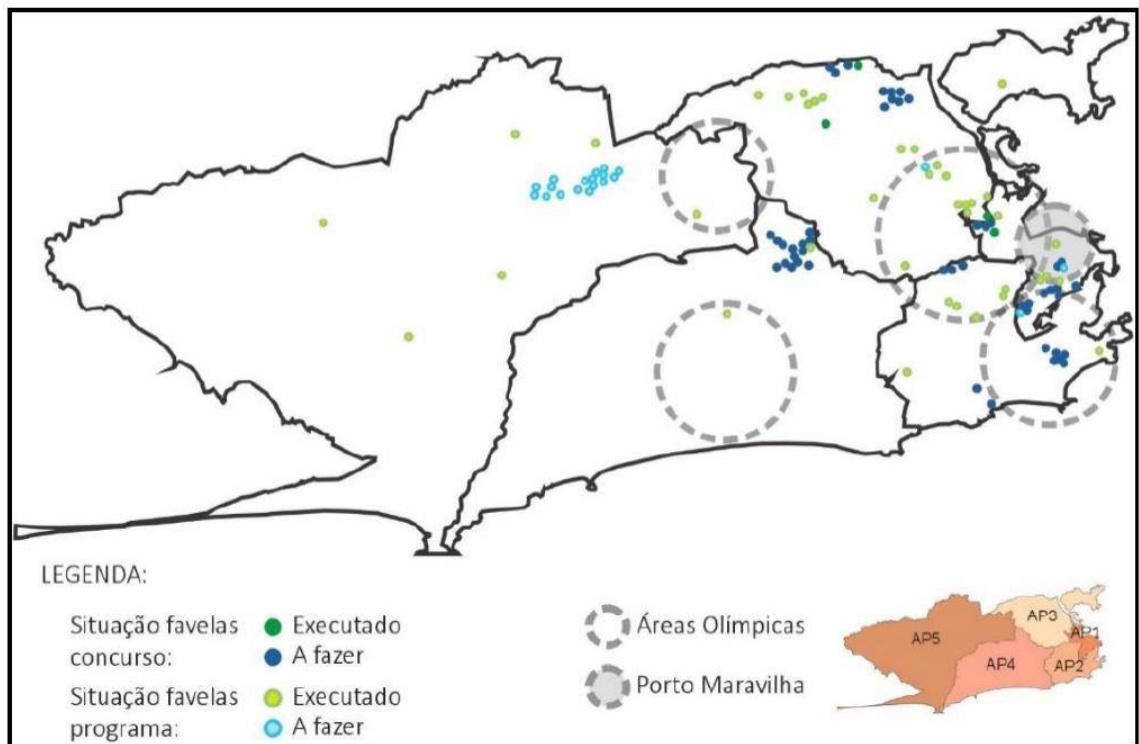
Para a identificação das mudanças ocorridas na estrutura do programa, o estudo analisou documentos oficiais dos órgãos públicos e publicações dos atores envolvidos no programa. A partir dessas informações, foram elaborados mapas para sistematizar dados relativos às favelas que seriam contempladas pelo Concurso Morar Carioca, configurando o que os autores chamam de “a promessa de futuro”, bem como dados relativos às favelas contempladas pela Prefeitura do Rio de Janeiro para o Programa Morar Carioca. A elaboração dos mapas possibilitou observar a dinâmica territorial das políticas públicas para a análise das assimetrias e semelhanças, demonstrando a importância do processo de urbanização (ou não-urbanização) das favelas. De acordo com os autores, foi inicialmente informado no regulamento do concurso (2010) que o Morar Carioca atuaria em 219 favelas, mas somente 55 (20%) foram contempladas no site da Prefeitura para urbanização do programa. As demais 164 favelas previstas para serem urbanizadas não foram incluídas na efetividade de suas obras. Além disso, no momento de lançamento do programa, o site da Prefeitura apresentava uma abrangência de 113 favelas, das quais apenas 55 constavam na listagem do Concurso.

Figura 3 - Programa Morar Carioca: Situação das favelas do Concurso



Fonte: Corrêa e Cavallazzi (2020)

Figura 4 - Programa Morar Carioca: Situação das favelas do Programa



Fonte: Corrêa e Cavallazzi (2020)

O concurso do Morar Carioca previa uma maior concentração de intervenções nas AP3, AP4 e AP5 (Fig. 4), porém esta distribuição não foi territorialmente homogênea, como é possível verificar na Figura 5. Houve uma priorização das favelas localizadas próximas ao Centro (AP1). Assim, a descontinuidade do Concurso Morar Carioca afetou principalmente as favelas localizadas em áreas mais afastadas das áreas centrais, comprometendo a universalização das intervenções. O mapeamento das favelas contempladas pelo Programa (Fig. 5) também evidencia a concentração das ações do poder público no entorno do Porto Maravilha (AP1) e nas áreas olímpicas Copacabana (AP2) e Maracanã/Engenhão (AP2 e AP3). Contudo, nas áreas olímpicas Deodoro (AP5) e Barra da Tijuca (AP4), há uma forte redução no número de favelas contempladas pelas obras de urbanização em comparação com a proposta do Concurso (Fig. 5).

Segundo Corrêa e Cavalazzi (2021), é perceptível, a diferença da efetiva política adotada pelo poder público em relação às favelas das áreas olímpicas: em algumas áreas olímpicas as favelas são urbanizadas e em outras permanecem em situação de ampla vulnerabilidade pela não-urbanização. Como a AP4 e a AP5 representam frentes de expansão urbana, a não-urbanização das favelas contidas nas áreas olímpicas dessas APs cria condições para o aumento da pressão imobiliária nesses espaços (*ibidem*).

Tabela 2 - Nível de Urbanização das Favelas por Área de Planejamento

Área de Planejamento	Favelas Urbanizadas	Favelas Parcialmente Urbanizadas	Não Urbanizadas
AP 1	40%	10%	50%
AP 2	48%	14%	38%
AP 3	18%	9%	73%
AP 4	6%	8%	86%
AP 5	6%	16%	78%
Cidade do Rio de Janeiro	16%	11%	73%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SABREN.

Os autores apontam o fato de que a AP5, área identificada como a mais prejudicada pela descontinuidade do concurso, tornou-se um bolsão de pobreza com o deslocamento da população reassentada para condomínios do PMCMV (FAULHABER; AZEVEDO, 2016 APUD CORRÊA; CAVALLAZZI, 2021). Conforme Tabela 2, a AP5 é a segunda área menos urbanizada da cidade e possui, junto a AP4, apenas 6% de suas favelas urbanizadas. Além de não ter suas favelas urbanizadas pelo Morar Carioca, a concentração da construção de

condomínios do PMCMV nessa região também estimulou a ocupação dessas áreas, majoritariamente, pela população de baixa renda (*ibidem*).

A análise evidencia como a descontinuidade do Morar Carioca está associada ao aumento da desigualdade de condições das favelas cariocas. Favelas que não receberam nenhum programa de urbanização foram preteridas em favor das que já haviam recebido algum tipo de urbanização. Os autores concluem que as intervenções do Morar Carioca foram centralizadas (priorizaram as favelas localizadas no entorno das áreas centrais - AP1), concentradas (foco de atuação as áreas olímpicas da AP1, AP2 e AP3) e sobrepostas (ocorreram em favelas que já haviam recebido programas de urbanização anteriormente).

CAPÍTULO III – INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL NAS FAVELAS CARIOCAS

Neste capítulo será realizada uma análise qualitativa de indicadores socioeconômicos de favelas que foram contempladas pelos programas de urbanização descritos no Capítulo 2. Esta análise será realizada através do comparativo de dados sobre renda, habitação e escolaridade das favelas tratadas pelos programas com demais favelas não selecionadas (grupos de controle)⁹. Através da revisão literária pretende-se apresentar as limitações associadas aos programas, que tornaram seus resultados inferiores ao esperado (inviabilizando o alcance de seus objetivos). Ademais, serão analisadas as críticas e sugestões alternativas dos autores especialistas na área a estes programas e políticas de urbanização.

3.1 Análise do Favela Bairro e Morar Carioca

São analisados dados sobre as condições de renda, habitação e escolaridade das favelas que receberam tratamento do Favela Bairro (fase 1 e fase 2) e do Morar Carioca, a partir da base de dados da SABREN (2018), gerados por intermédio dos Censos Demográficos 2000 e 2010. Neste breve estudo de dados, serão comparados os dados das favelas participantes dos programas com favelas que nunca receberam nenhum tipo intervenção (grupo de controle). A análise possui caráter descritivo e seu objetivo é verificar o quanto a situação socioeconômica dos moradores das favelas tratadas se aproxima ou afasta daquelas que nunca sofreram intervenções. Os indicadores analisados têm como referência o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus resultados serão considerados uma *proxy* do sucesso (ou fracasso) destes programas.

Os indicadores para esta análise descritiva são: 1) percentual de domicílios particulares permanentes em condições de imóvel próprio; 2) percentual de domicílios particulares permanentes com até 4 moradores; 3) percentual de domicílios particulares permanentes com forma de abastecimento de água adequada, ou seja, ligados à rede geral de distribuição; 4) percentual de domicílios particulares permanentes com esgoto adequado, ou seja, ligados à rede geral de esgoto ou pluvial; 5) percentual de domicílios particulares permanentes com lixo coletado diretamente por serviço de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza;

⁹ Para esta análise serão consideradas as favelas isoladas e as subdivisões irregulares que compõem um Complexo, a partir da base de dados da SABREN.

6) percentual de domicílios particulares permanentes com fornecimento de energia elétrica regular, ou seja, com a presença de medidor de consumo de energia exclusivo ou comum a mais de um domicílio; 7) percentual de domicílios particulares permanentes com apenas um banheiro; 8) percentual de responsáveis pelos domicílios alfabetizados; e 8) percentual de responsáveis pelos domicílios com rendimento nominal mensal de 2 salários-mínimos - não entram responsáveis sem "rendimento".

O grupo de controle é composto por favelas que possuem características similares quanto ao porte e localização às favelas tratadas pelos programas, contudo, que não tenham sofrido nenhuma melhoria por estes ou demais programas. Para a escolha do grupo de controle de cada programa foi considerada a proporção de cada aspecto (porte e localização) das favelas tratadas e foram escolhidas para compor o grupo favelas que respeitassem essas condições em proporções semelhantes, de forma que as comparações sejam pertinentes (ver Tabelas 3 e 4)¹⁰.

Tabela 3 - Distribuição Favela Bairro - Tratadas x Controle

Distribuição por Porte				Distribuição por AP						
	< 100 domicílios	Entre 101 e 500 domicílios	> 500 domicílios	Total	AP1	AP2	AP3	AP4	AP5	Total
Tratadas	5%	22%	73%	100%	18,02%	22,52%	45,05%	4,50%	9,91%	100,00%
Controle	10%	20%	70%	100%	15,00%	15,00%	55,00%	5,00%	10,00%	100,00%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da SABREN.

Ao analisar os dados socioeconômicos entre favelas contempladas pelo Favela Bairro¹¹ e o grupo de controle, observa-se uma grande diferença no crescimento da população e dos domicílios. Enquanto as favelas tratadas tiveram um crescimento de 9% de sua população e 16% do número de domicílios entre os anos de 2000 e 2010, o grupo de controle cresceu, respectivamente, 19% e 33% nos mesmos anos. Uma vez que o grupo focal e o grupo de controle possuem a mesma distribuição relativa entre as Áreas de Planejamento da cidade, o fator para tal diferença de crescimento provavelmente não está associado à região em que estas favelas se localizam. Contudo, não é possível afirmar que a causa para tamanha diferença esteja no programa.

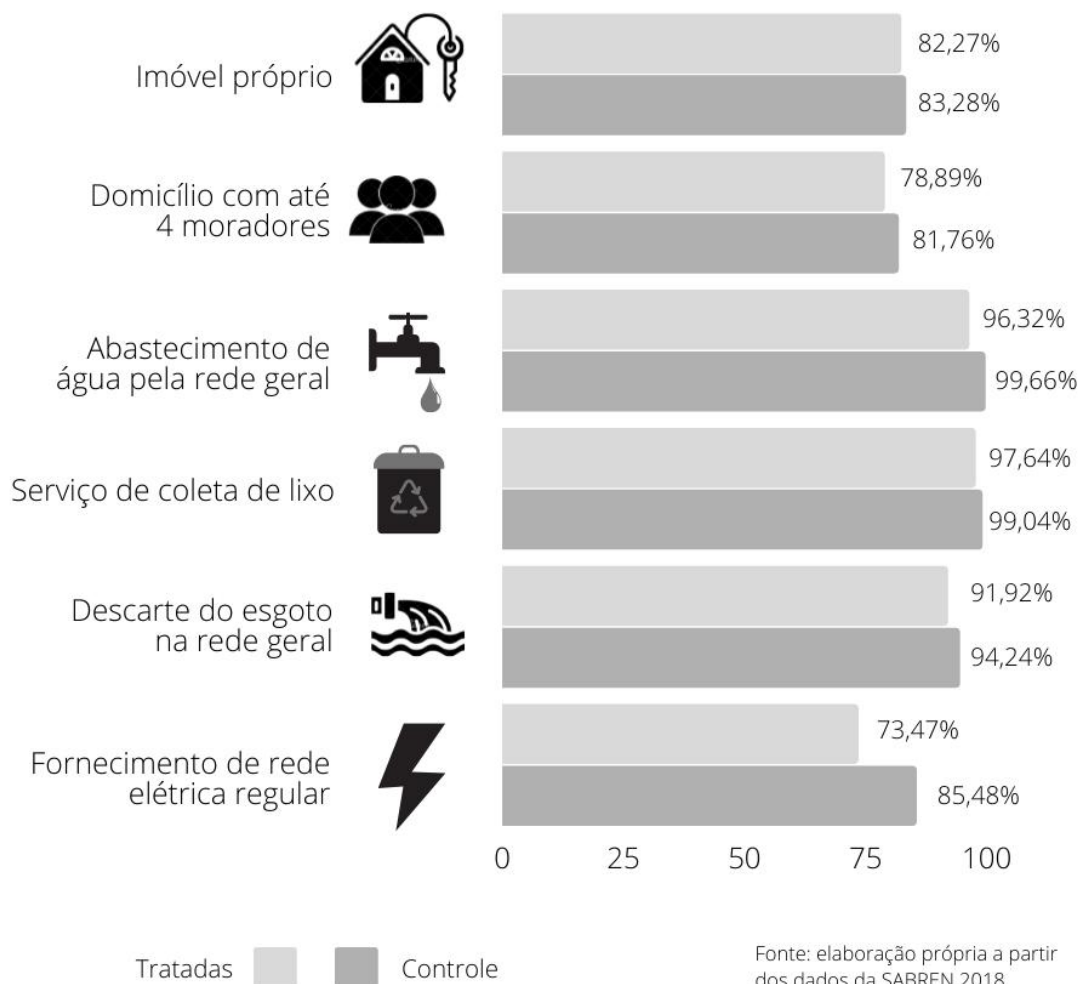
¹⁰ As listas com a relação das favelas que compõem os grupos de tratamento e controle podem ser consultadas no Apêndice (Tabelas A a E).

¹¹ 111 do total de 112 favelas, contemplando as favelas da 1ª fase do Programa (Favela Bairro I) e 2ª fase (Favela Bairro II). A favela de código 629 (ver Apêndice B) não foi incluída por falta de dados.

Em relação à área de ocupação destas favelas, ambos os grupos apresentaram um crescimento entre 1999 e 2010 (IPP, 2018), contudo as favelas que receberam o programa cresceram menos (0,45%) do que as do controle (1,46%). Este crescimento, porém, começa a diminuir para ambos os grupos após 2010 e, na comparação entre 2010 e 2018, apresenta queda nas favelas tratadas (-0,35%) e crescimento moderado nas favelas de controle (0,71%) (IPP, 2018). Essa dinâmica pode estar associada ao Favela Bairro. Desde a década de 1980, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro acompanha a ocupação irregular da cidade através do cadastramento dos assentamentos irregulares (IPP, 2006). Os programas de urbanização, como o Favela Bairro, são uma das principais ferramentas para diagnosticar e controlar o crescimento das favelas nas áreas irregulares e de risco, tornando seu crescimento futuro muito mais difícil do que nas favelas que jamais sofreram intervenções.

Ao partir para a análise das condições de habitação de ambos os grupos, considerando aspectos relacionados ao tipo de imóvel (próprio ou aluguel), número de habitantes por domicílio, sistema de água e esgoto e energia elétrica, é esperado que as favelas tratadas possuam melhores números visto que os programas possuem foco nestas infraestruturas. Todavia, conforme é possível visualizar na figura abaixo, os resultados em ambos os grupos são muito semelhantes.

Figura 5 – Favela Bairro - Características domiciliares – Tratadas x Controle



Em quase todos os indicadores analisados as favelas do grupo de controle tiveram um resultado ligeiramente melhor, o que vai ao encontro dos resultados obtidos por Duren e Osório (2020). Mesmo com um crescimento populacional e domiciliar, que pode gerar pressões sobre a infraestrutura, menor do que o do grupo de controle, 10 anos após a conclusão do Favela Bairro, as favelas contempladas pelo programa possuem infraestrutura semelhante àquela observada nas favelas que não foram beneficiadas por programas de urbanização.

Em ambos os grupos, mais de 80% da população reside em casas próprias. Nas favelas do FB, 78,89% dos domicílios são habitados por até 4 moradores, o que provavelmente se traduz em elevada densidade de moradores por cômodo, dada a característica de baixa

metragem destes imóveis. Nas favelas controle, este número é apenas um pouco mais elevado (81,76%). Apesar de cerca de 80% das casas, em média, possuírem até 4 moradores, a maior parte destas moradias possuem apenas 1 banheiro (85,10% para as favelas tratadas e 81,78% para as controle).

Em relação ao abastecimento de água e serviço de coleta de lixo, ambos os grupos possuem dados positivos. Em quase 100% de todas as favelas há presença de água encanada, com abastecimento de água realizado pela rede geral. Todavia, as favelas do grupo de controle apresentam resultado um pouco melhor que as favelas que receberam o programa. O restante desta porcentagem é destinado a domicílios que são abastecidos por água de poço ou nascente, água da chuva armazenada em cisterna e outras formas. Apesar de representar uma proporção muito baixa, ilustrando o avanço do acesso à água potável nas favelas, é importante ressaltar que este número não é nulo. Dentre as favelas tratadas e de controle deste trabalho, somam-se quase 4 mil domicílios que não possuem acesso à rede geral de água.

Os números para o serviço de coleta de lixo também são muito positivos. Quase todos os domicílios possuem acesso ao serviço de coleta direto ou a caçambas de lixo e, para este indicador, as favelas do grupo de controle também possuem resultado ligeiramente melhor que as favelas do FB. Os demais percentuais deste indicador são destinados aos domicílios que descartam seus lixos através da queima ou enterramento na própria propriedade ou o descartam em terrenos baldios, rio lagos e mares. Já o descarte de esgoto é feito majoritariamente através da rede geral (91,92% e 94,24% para favelas do FB e grupo de controle, respectivamente). O descarte impróprio em fossas, valas, rios, lagos e mares é relativamente baixo. Apesar da ampla cobertura do sistema de esgotos, Duren e Osório (2020) evidenciam sua incapacidade de comportar a quantidade de esgoto gerado pelo excessivo número de moradores destas favelas. Importante ressaltar que a presença de esgoto (juntamente com o abastecimento de água potável) é essencial para a saúde e prevenção de doenças graves. Os dados indicam que aproximadamente 9 mil domicílios, em favelas dos dois grupos analisados, não possuem esgoto ligado à rede geral e fazem o descarte inapropriado de seus resíduos. Dentre estes domicílios, 194 sequer possuem banheiro exclusivo dos moradores ou sanitário.

O fornecimento de energia elétrica regulada é o indicador que possui a maior discrepância entre os grupos. As favelas que receberam o programa possuem apenas 73,47% de seus domicílios com medidor exclusivo ou compartilhado, enquanto o restante das casas não possui medidor ou possuem outras formas não reguladas de fornecimento elétrico. Nas favelas de controle, este valor sobe para 85,48% dos domicílios.

Em seu desenho, o Favela Bairro teve parte de sua proposta destinada a atividades de apoio ao desenvolvimento infantil, educação de adultos, serviços sociais, desenvolvimento comunitário e regularização de propriedades (US\$ 9 milhões de seu orçamento total destinados para o treinamento profissional e geração de renda). O objetivo era aumentar os salários dos membros das famílias para viabilizar a superação da condição de pobreza (DUREN; OSÓRIO, 2020). Quando analisados os dados sobre a alfabetização dos responsáveis pelos domicílios em ambos os grupos, os números também foram bastante semelhantes, não demonstrando, assim, grande diferença neste indicador entre as favelas que receberam o programa e favelas que nunca foram alvo de programas de urbanização. Enquanto nas favelas atendidas pelo Favela Bairro 91% dos responsáveis pelos domicílios são alfabetizados, nas favelas controle este percentual sobe para 94% (levemente superior). Ao olhar para o recorte dos responsáveis pelos domicílios entre 20-30 anos e 30-40 anos, grupos para os quais o treinamento profissional e a educação de adultos são o foco, o mesmo padrão se repete: as favelas tratadas e de controle possuem números muito próximos, porém com resultados um pouco melhores para as favelas controle. Entre 20 e 30 anos, nas favelas tratadas 98% dos responsáveis são alfabetizados, enquanto nas favelas de controle o percentual é igual a 99%. Para o grupo entre 30 e 40, os valores são, respectivamente, 96% e 98%.

O padrão se repete quando analisada a renda. Há uma pequena diferença entre os grupos, com o grupo de controle apresentando melhor resultado em alguns parâmetros. Ao analisar o valor do rendimento nominal mensal em salários-mínimos dos responsáveis pelos domicílios, nas favelas tratadas 85% não possuem nenhum rendimento ou recebem até 2 salários-mínimos (16% não recebem nenhum rendimento, 34% recebem até ½ salário-mínimo e 35% recebem entre 1 e 2 salários-mínimos). Para o grupo de controle, estas mesmas faixas de renda compõem 80% da população (7%, 39% e 34%, respectivamente); além disso, 17% recebem entre 2 e 10 salários-mínimos (no grupo tratado esta mesma faixa corresponde a 12%). Em termos de média salarial dos responsáveis pelos domicílios, nas favelas tratadas o valor é igual a R\$ 673,45; nas favelas controle, R\$ 748,65. Ao analisar o recorte por gênero, no grupo tratado, a média dos homens é R\$ 832,10 e das mulheres R\$ 512,20; no grupo controle, R\$ 905,97 e R\$ 555,45, respectivamente. Em linhas gerais, o nível de renda da população das favelas de controle é ligeiramente superior, o que faz retomar o questionamento da efetividade da parcela do orçamento do programa destinado a aumentar os salários dos membros das famílias, apontado anteriormente.

Os mesmos dados foram levantados nas favelas que receberam as obras e investimentos do programa Morar Carioca. Apesar dos dados serem do ano de 2010, ano em que teve início este programa, e não haver dados mais recentes, pois não foi realizado até o momento um novo Censo Demográfico, esta análise ainda possui sua relevância, uma vez que 34,53% das favelas que receberam o Programa Morar Carioca já haviam recebido programas de urbanização e habitação anteriores, dentre eles Bairrinho, CODESCO, Grandes Favelas, Mutirão e o próprio Favela Bairro (SABREN, 2018). Ao realizar a comparação entre estas favelas e seu grupo de controle, é possível analisar indiretamente como estes programas refletiram mudanças neste grupo. Apesar de não ser possível, através destes dados, analisar os possíveis resultados do Morar Carioca sobre as favelas em que atuou, a análise vai ao encontro do objetivo proposto: a reflexão sobre a contribuição dos programas de urbanização realizados nas favelas da Cidade do Rio de Janeiro para reduzir a condição de vulnerabilidade de suas respectivas populações.

Tabela 4 - Distribuição Morar Carioca- Tratadas x Controle

Distribuição por Porte					Distribuição por AP					
	< 100 domicílios	Entre 101 e 500 domicílios	> 500 domicílios	Total	AP1	AP2	AP3	AP4	AP5	Total
Tratadas	16%	28%	56%	100%	24%	16%	31%	17%	13%	100%
Controle	25%	25%	50%	100%	25%	10%	30%	15%	20%	100%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da SABREN.

Ao analisar os dados socioeconômicos entre favelas contempladas pelo Morar Carioca¹², observa-se o mesmo padrão do Favela Bairro. O crescimento populacional e domiciliar nas favelas do grupo de controle foi superior ao das favelas tratadas (32% e 48% *versus* 13% e 19%, respectivamente). Este crescimento, inclusive, pode ser superior ao crescimento real, visto que 11 favelas do programa não haviam sido cadastradas pela Prefeitura no ano de 2000 e não participaram do Censo. Contudo, os dados da ocupação do solo destas mesmas favelas foram registrados pelo IPP no ano de 1999, caracterizando sua existência.

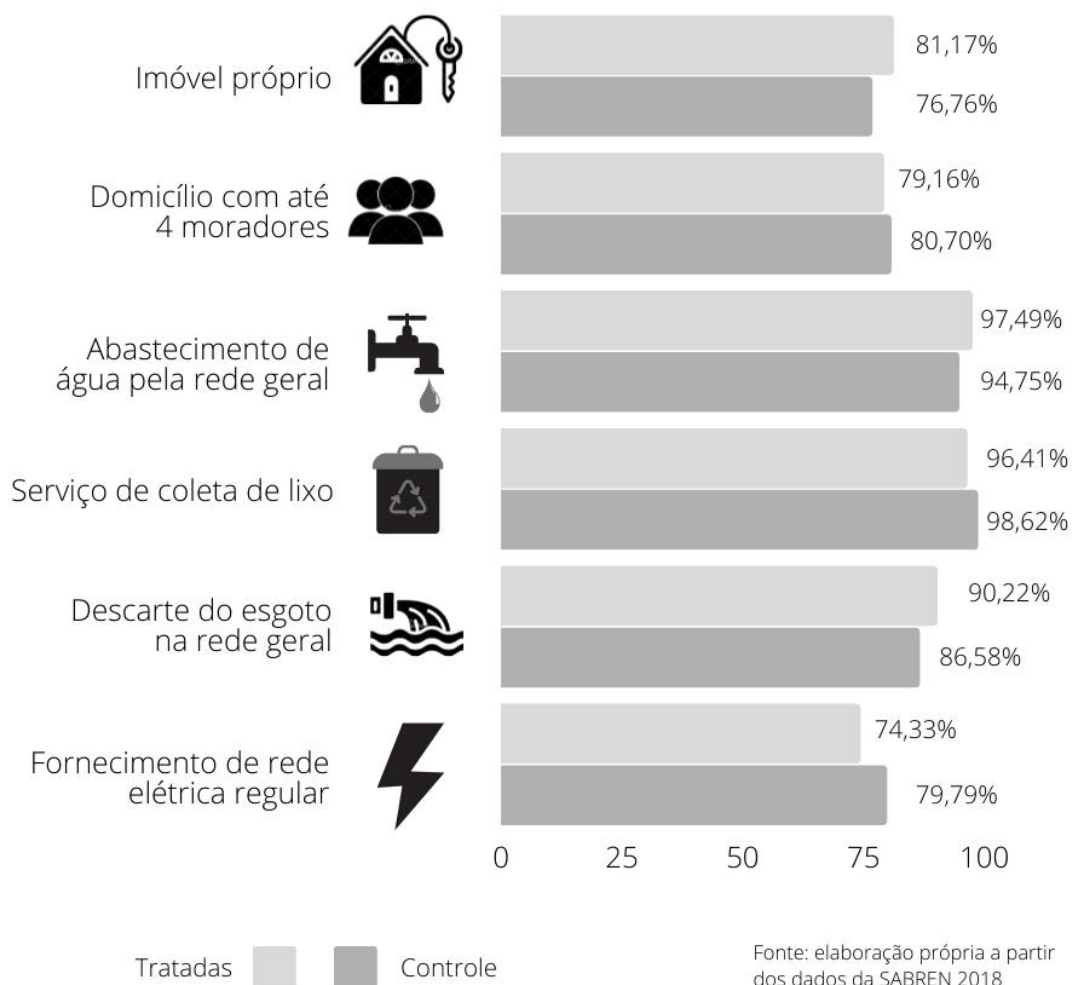
Em relação à área de ocupação, ambos os grupos apresentaram um crescimento entre 1999 e 2010 (IPP, 2018), contudo, as favelas tratadas cresceram menos (2,62%) do que as do controle (5,37%). Assim como verificado no programa anterior, o crescimento diminuiu para

¹² 130 do total de 139 favelas. As favelas de códigos 16, 95, 143, 393, 629, 819, 1078, 1083 e 1098 (ver Apêndice C) não foram incluídas por falta de dados.

ambos os grupos após 2010. Na comparação entre 2018 e 2010, há queda nas favelas tratadas (-0,84%) e um baixo crescimento nas favelas de controle (3,60%) (IPP, 2018).

Na análise habitacional, os resultados são muito semelhantes aos do Favela Bairro, conforme apresentado na figura abaixo (fig. 7).

Figura 6 - Morar Carioca - Características domiciliares – Tratadas x Controle



Em ambos os grupos, cerca de 80% da população reside em casas próprias. Nas favelas do Morar Carioca, 79.16% dos domicílios são habitados por até 4 moradores, o que indica uma elevada densidade de moradores por cômodo, dada a característica de baixa metragem destes imóveis. Nas favelas controle, este número é de 80,70%. Nos dois grupos também foi identificado que a maioria das moradias possui apenas 1 banheiro (84,70% para as favelas tratadas e 82,42% para as favelas de controle).

Em relação ao abastecimento de água, serviço de coleta de lixo e esgoto, os grupos apresentaram dados positivos, com cobertura quase total. O parâmetro com os piores resultados foi o fornecimento regular de energia elétrica. Apesar do fornecimento destes serviços públicos possuir ampla abrangência, ainda há números elevados de moradias em extrema vulnerabilidade: cerca de 3.700 moradias não possuem abastecimento de água encanada, mais de 4.200 casas não possuem serviço de coleta de lixo e fazem o descarte irregular e 13.500 moradias não têm acesso à rede geral de esgoto, fazendo o escoamento dos detritos em fossas, valas, rios e lagos; destas, 223 sequer possuem banheiro de uso exclusivo do domicílio.

Em relação aos dados sobre alfabetização, nas favelas atendidas pelo programa, 91% dos responsáveis pelos domicílios são alfabetizados, nas favelas controle, 92%. Para o grupo entre 20-30 anos, essas proporções são, respectivamente, 98% e 97%. Para o grupo entre 30 e 40 anos, 96% e 95%. É possível observar que os valores são muito aproximados, com quadro percentual levemente pior para as coortes indicadas no grupo controle.

Ao analisar a renda dos moradores, verifica-se semelhança entre os resultados dos grupos. Em relação ao valor do rendimento nominal mensal em salários-mínimos dos responsáveis pelos domicílios, nas favelas tratadas 85% não possuem nenhum rendimento ou recebem até 2 salários-mínimos (17% não recebem rendimento, 32% recebem até ½ salário-mínimo e 36% recebem entre 1 e 2 salários-mínimos). Para o grupo de controle estas faixas de renda são, respectivamente, 83%, 15%, 28% e 40%. Em termos de média salarial, nas favelas tratadas o valor é R\$ 711,07; nas favelas controle, R\$ 965,90. Ao analisar o recorte por gênero, no grupo tratado a média dos homens é R\$ 875,51 e das mulheres R\$ 544,75; no grupo controle, R\$ 1173,10 e R\$ 745,39, respectivamente. Assim, o nível de renda da população das favelas de controle é superior ao das tratadas, mesmo padrão exibido na análise do programa FB.

Apesar da análise descritiva dos dados não ser suficiente para mensurar efetivamente os impactos da intervenção do programa Morar Carioca, havia uma expectativa de que os indicadores das favelas tratadas apresentassem valores mais favoráveis, considerando inclusive que em 2010 34,53% destas favelas já haviam recebido um programa de urbanização. Todavia, assim como na análise do Favela Bairro, a diferença entre os grupos é muito pequena.

Uma vez que a demanda por programas de melhorias de bairros continua a aumentar (DUREN; OSÓRIO, 2020), é essencial obter uma compreensão mais abrangente da durabilidade dos programas realizados e sua eficácia sobre a realidade da carência de infraestrutura básica das favelas, para contribuição de uma gestão eficiente destas políticas públicas.

Conforme análise apresentada, os indicadores das favelas que receberam a atuação dos programas de urbanização são muito próximos e em alguns casos, até piores, do que os de favelas que não receberam nenhum tipo de intervenção. Ambos os grupos possuem realidades semelhantes e compartilham os mesmos problemas e vulnerabilidades. Esta inexistência expressiva de uma diferença entre os grupos pode evidenciar, assim, uma provável insuficiência dos programas de urbanização de serem capazes de elevar os moradores das favelas à um patamar de superação de suas vulnerabilidades sociais, com relação às condições de habitabilidade, moradia, renda e escolaridade.

A análise de dados sobre o IDS corrobora a hipótese de que os programas de urbanização provavelmente foram insuficientes para gerar grandes diferenças quanto ao nível de desenvolvimento socioeconômico de suas populações e, por conseguinte, tiveram poucos resultados relacionados à superação das vulnerabilidades da população favelada. Ao analisar o IDS para os mesmos grupos focais (favelas que receberam os programas Favela Bairro e Morar Carioca) e seus grupos de controle, é obtido o resultado apresentado na tabela 5¹³. Os índices médios de desenvolvimento para ambos os grupos de cada programa ficaram abaixo do índice municipal (0,609) e não diferem significativamente entre si; os índices são ligeiramente superiores nas favelas que não receberam nenhuma intervenção. Assim como o resultado da análise dos indicadores socioeconômicos, não foi observada uma diferença expressiva entre os grupos.

Tabela 5 - Indicador de Desenvolvimento Social - Favelas Tratadas x Favelas Controle

Grupo	Favela Bairro	Morar Carioca
Favelas Tratadas	0,529	0,525
Favelas Controle	0,546	0,529

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Rio de Janeiro (2018)

3.2 Críticas e Sugestões

Com o aprimoramento das políticas de urbanização de favelas, registram-se avanços nas décadas de 1980 e 1990, conforme aponta Denaldi (2003). Embora sejam relevantes, os resultados alcançados na melhoria das condições de vida, principalmente no tocante aos aspectos de saneamento e saúde, não possuem a abrangência necessária para a efetiva

¹³ As favelas de códigos 16, 20, 49, 143, 170, 173, 261, 393, 629, 819, 863, 988, 1017, 1047, 1078 (ver Apêndices B, C e E) não foram incluídas por falta de dados.

integração das favelas à cidade. A ação municipal em favelas promove, em algum grau, a melhoria das condições de habitabilidade da população. Os programas de urbanização, como é o caso do Favela Bairro e do Morar Carioca, buscam a promoção social através da realização de diversos projetos nas comunidades urbanizadas, que resultem em melhorias na renda e escolaridade da população. Entretanto, há indícios de que os resultados não têm sido satisfatórios.

O debate em torno das políticas de urbanização de favela possui grande expressividade na produção acadêmica e, conforme aponta Ximenes (2019), grande parte dessa literatura tem como ponto de partida o entendimento de que as favelas não são soluções provisórias, mas parte inerente do processo de produção do espaço urbano e com profundas conexões com as formas de reprodução do capitalismo periférico. Os moradores das favelas encontraram uma forma de moradia e solução frente a um acesso restrito ao solo urbano por meio do mercado imobiliário formal e ineficácia das políticas públicas de provisão habitacional (*ibidem*).

No caso da cidade do Rio de Janeiro – que possui uma parcela significativa de sua população morando nessa condição e com relevantes índices de crescimento nas últimas décadas – permanece de grande importância seguir investindo nessa discussão e buscando compreender como estes espaços estão inseridos na agenda do poder público (Ximenes, 2019, p. 28).

Leitão e Delecave (2013) ressaltam, através da sustentação de ideias de diferentes autores, como Davidovich (1997), Pasternak Taschner (1982) e Valladares (1998), o questionamento sobre como a visão de favela é assumida muitas vezes por esses programas, definindo-a como uma “entidade homogênea e sem conflitos”, o que impossibilitaria a percepção de “importantes diferenciais” existentes dentro das comunidades faveladas. Estas teriam, portanto, um caráter plural e diversificado, revelando a existência de uma grande heterogeneidade interna, tanto em relação à apropriação da moradia (tipo, local dentro da favela), como no que diz respeito à renda de seus moradores. De forma a integrar a comunidade dentro do processo de execução, alguns programas, como o Favela Bairro, utilizam a participação popular organizada no desenvolvimento e implementação dos projetos de urbanização a serem realizados. Todavia, os autores ressaltam que este é um desafio a ser enfrentado e levantam que, durante o Programa Favela Bairro, havia explicitamente, em todos os documentos oficiais, a exigência de que fosse garantida a ampla participação comunitária em todas as fases do projeto, porém diversos fatores impediram que esse objetivo fosse

plenamente alcançado. A questão da participação comunitária foi objeto de críticas, segundo Leitão e Delecave (2011), não apenas por profissionais envolvidos, como, também, por estudiosos. Para os autores, a ausência de metodologias participativas mais adequadas, a exiguidade dos prazos contratuais e a baixa representatividade de associações de moradores, transformaram essa participação em elemento meramente formal de todo o processo. É preciso reconhecer a validade da efetiva participação organizada dos moradores, *“não como um elemento complicador para o desenvolvimento dos trabalhos, mas como um fator absolutamente necessário para que o programa de urbanização seja bem-sucedido”* (ibidem, p. 280).

Análises posteriores à execução destes programas evidenciam resultados inferiores ao projetado e levantam críticas à sua concepção e implementação. No que tange à infraestrutura, Duren e Osório (2020) apontam a necessidade de se projetar investimentos que possuam sustentabilidade de longo prazo, o que envolve recorrentes intervenções. Após constatarem que a infraestrutura se degradou rapidamente à exposição de condições normais de clima, os autores enfatizam a importância de que os materiais utilizados e os projetos sejam resilientes às intempéries, aos morros íngremes, ao uso intenso em favelas populosas e ao desgaste natural que ocorre. Observam também que a sustentabilidade a longo prazo exige ação constante de todas as partes interessadas e que projetos futuros devem incorporar um item de despesas recorrentes que considere limpeza, reparo e manutenção regulares, especialmente nas favelas dos morros. Este pensamento é compartilhado por Leitão e Delecave (2011), que sugerem uma articulação entre a Secretaria de Habitação e as demais Secretarias Municipais, outras esferas do poder público e, inclusive, com agentes do setor privado, além das próprias entidades de representação comunitária. Para Duren e Osório (2020), é importante ainda aumentar o nível de instrução dos moradores sobre a preservação da infraestrutura de seus bairros.

Um ponto crítico é a relação das melhorias de infraestrutura providas pelos programas com o aumento da população das favelas tratadas, frequentemente gerando demanda por serviços que excedem a capacidade planejada. As melhorias realizadas atraem novos moradores para estas favelas e aumenta sua densificação (DUREN; OSÓRIO, 2020). Em 2003, uma pesquisa realizada pelo IPP/IPPUR-UFRJ comparou dados de sete favelas nas quais foi implementado o Programa Favela Bairro em sua 1ª fase e outras cinco favelas nas quais não foram realizados projetos de urbanização. Os resultados apontam o crescimento de 200% do número de domicílios nas favelas em que o Programa atuou, o que associa as obras de urbanização realizadas ao crescimento destes assentamentos (LEITÃO; DELECAVE, 2013).

Cavalcanti e Da Mata (2018) analisam o efeito de dois tipos de intervenções nas favelas, a saber, políticas que enfraquecem as barreiras à formalização dos assentamentos irregulares e políticas de urbanização. Chegam à conclusão de que as intervenções de melhoria de favelas podem ter o efeito indesejado de aumento populacional, principalmente quando programas de urbanização fornecem infraestrutura básica, mas não promovem a regulamentação das construções existentes, tornando, assim, a habitação informal mais atraente. Em seu modelo empírico de impacto das diferentes formas de intervenção, utilizando como base do modelo microdados da favela do Caju no Rio de Janeiro e estatísticas relacionadas ao processo de urbanização brasileiro ocorrido entre 1980 e 2000¹⁴, os autores demonstram que a urbanização das favelas sem o regulamento fundiário promove um aumento de 1,79% no número de moradores, porém aumenta o bem-estar desta população em 1,3%.

Para uma sustentabilidade a longo prazo, Duren e Osório (2020) e Denaldi (2013) defendem que os programas de urbanização precisam promover a plena integração do mercado imobiliário das favelas com o do resto da cidade. De acordo com Cavalcanti e Da Malta (2018), esse é um fator importante para estimular o bem-estar para os moradores das favelas. De Soto (2001) ressalta que a regularização da posse está associada a um aumento do valor das unidades habitacionais (apud DUREN; OSÓRIO, 2020). A ideia é que os proprietários que possuem um título legal investem mais em suas unidades habitacionais, pois os temores de despejo diminuem e eles têm acesso a mercados de crédito.

Apesar do aspecto fundiário estar incluído nos projetos de urbanização, como o Favela Bairro e o Morar Carioca, Leitão e Delecave (2013) apontam que seus resultados nessa dimensão foram insatisfatórios. Cavallieri (2003 apud LEITÃO; DELECAVE, 2013) destaca que esses resultados também podem estar associados ao desinteresse dos moradores das comunidades atendidas nessa dimensão, uma vez que poderia representar restrições à liberdade de construir e ocupar o solo – famílias que optam por viver em unidades habitacionais formais devem cumprir várias restrições de construção, como tamanhos mínimos de lote, restrições de altura e área verde etc. (CAVALCANTI; DA MATA, 2018). A regularização fundiária não consta na lista de prioridades da população residente em favelas (CAVALLIERI, 2003 apud, LEITÃO e DELECAVE, 2013).

Em suma, diversos aspectos e componentes dos programas de urbanização possuem críticas e sugestões de melhorias. A premissa comum aos estudos de avaliação é de que

¹⁴ Para mais detalhes sobre a metodologia, consultar Cavalcanti e da Mata (2018), pp 5-23.

sozinhos, os programas de melhoramento territorial não são capazes de criar efetivamente um paradigma social nos bairros informais. Para Denaldi (2003), nos moldes em que a urbanização de favelas é desenvolvida, ainda não é possível afirmar que a urbanização resulta sempre em moradias dignas (adequadas) e integradas à cidade. Para intervir nas favelas a fim de melhorar tanto a qualidade de vida de seus moradores, como também a do restante da cidade, é necessário que sejam realizados diagnósticos completos e integrados (interdisciplinares) do conjunto das favelas existentes que apontem as melhores alternativas de intervenção de forma a orientar a tomada de decisão. Os projetos devem combinar os aspectos sociais e de habitação (domicílio) com os aspectos de drenagem, meio ambiente, estrutura urbana, regularização fundiária etc. (DENALDI, 2003). Os programas de melhoramento de favelas precisam ser concebidos como pontos de partida para ajudar aqueles que deles se beneficiam a superar sua condição de pobreza, vulnerabilidade e segregação espacial, para que desta forma possam decidir o seu próprio futuro (DUREN e OSÓRIO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas demonstram que os indicadores socioeconômicos de favelas beneficiadas pelos programas de urbanização Favela Bairro e Morar Carioca são muito semelhantes aos indicadores de favelas que não receberam nenhuma intervenção. A análise qualitativa comparativa indica uma forte possibilidade de os programas de urbanização não estarem alcançando seus objetivos principais, a saber a elevação da qualidade de vida dos moradores das favelas a um patamar que seja capaz de diminuir a vulnerabilidade social encontrada nesses grupos.

As análises inicialmente realizadas do Programa Favela Bairro, logo após sua conclusão, indicaram melhorias reais e positivas em diversas esferas dentro das favelas, contudo, revisitando estas mesmas favelas 10 anos após a sua conclusão, estas melhorias haviam se degradado, revertendo o quadro das comunidades ao mesmo em que se encontravam antes da intervenção. Os indicadores de desenvolvimento social das favelas que receberam obras do programa apresentaram, inclusive, valores ligeiramente inferiores aos das favelas sem intervenções.

Há indícios de que os programas de urbanização das favelas isoladamente não são capazes de fornecer aos moradores das favelas condições que os façam superar as condições de privações que os mantêm em vulnerabilidade social, bem como o déficit habitacional. Mesmo com os programas de urbanização, houve crescimento de 7,89% dos domicílios em situação de habitação inadequada entre os anos de 2016 e 2019 (FJP, 2021b) e de 19% da população moradora de favelas entre 2000 e 2010 (IPP, 2018).

Estes programas devem ser concebidos como parte de um conjunto de programas e políticas públicas que visem a melhoria das condições de vida da população moradora de favelas, para que uma ação coordenada tenha mais chances de impactar positivamente e de forma sustentada o nível de renda, saúde, habitação e escolaridade dessa população. Mesmo dentro do objetivo de melhoria da infraestrutura, é necessário um diagnóstico amplo e preciso das necessidades de intervenção e um esforço de ações recorrentes da esfera pública para garantir sua sustentabilidade à longo prazo, evitando assim, a necessidade de intervenções sobrepostas e custosas, que continuam a apresentar os mesmos resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, T; GONÇALVES, S. Pobreza crônica e transitória no Brasil: uma abordagem de pobreza dinâmica com os dados da PNAD Contínua. **Anais do XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos – XVIII ENABER**, 2020
- ATUESTA, L; SOARES, Y. Urban upgrading in Rio de Janeiro: Evidence from the Favela Bairro programme. **Urban Studies**, v. 55, 2016.
- BRUM, M. **Breve História das Favelas Cariocas - das origens aos Grandes Eventos**. O Rio (Re)visto de suas Margens. Rio de Janeiro, 2018.
- CAVALCANTI, M. Vida e morte do “agrupamento 26”: breve etnografia do Morar Carioca na “Barra Olímpica” (2011-2013). **Revista de Antropologia** (São Paulo, Online). Vol. 60, nº3, 2017, p. 211-235.
- CAVALCANTI, T; DA MATA, D; SANTOS, M. On the Determinants of Slum Formation. **The Economic Journal**. 4 de Julho de 2018. doi: <https://doi.org/10.1111/eoj.12626>
- CORRÊA, E; CAVALLAZZI, R. Entre a promessa de futuro e o presente de retrocessos. O legado de desconstrução do Programa Morar Carioca no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. **Anais do SIIU XII – Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo**, 2020.
- CUNHA, G. Déficit Habitacional: o tamanho da desigualdade social no Brasil. **Boletim Economia Empírica**. Vol. 1, n. 1, pp. 59-62, 2020
- DENALDI, R. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses**. Tese de Doutorado. USP – Universidade de São Paulo, 2003.
- DUREN, Nora Libertun de; OSORIO, Rene. Bairro: Dez anos depois. Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. 2020
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit Habitacional no Brasil 2016-2019**. Belo Horizonte. FJP, 2021a. Disponível em: <<http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>> Acesso em: 18 de Julho de 2021.
- _____. **Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil**. Principais resultados para o período de 2016 a 2019. Belo Horizonte. FJP, 2021b. Disponível em: <<http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>> Acesso em: 18 de Julho de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados subnormais. Primeiros resultados.** Rio de Janeiro. IBGE, 2010.

_____. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19.** Rio de Janeiro. IBGE, 2020.

IPP – Instituto Pereira Passos; CAVALLIERI, F; VIAL, A. **Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010.** Coleção Estudo Cariocas. 2012. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/>> Acesso em: 06 de Junho de 2021.

_____. **Favelas cariocas: comparação das áreas ocupadas - 1999/2004.** Coleção Estudo Cariocas. 2006. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/>> Acesso em: 06 de Junho de 2021.

_____. **Nota Técnica 38: Favelas Cariocas: variação das áreas ocupadas no período 2008/2017/2018.** Data Rio, 2019. Disponível em: <<https://www.data.rio/apps/PCRJ::notas-t%C3%A9cnicas/explore>> Acesso em: 06 de Junho de 2021.

LEITÃO G, DELECAVE, J. O programa Morar Carioca e a urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro. **Boletín Científico Sapiens Research**, Vol. 1 (2), pp. 75-80, 2011.

_____. O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas? **O Social em Questão**, Ano XVI - nº 29, pp. 265-284, 2013.

MARTINI, R. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia (MG), 24 (2), p. 81-102, Jan./Jun. 2010

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS - PNUD Brasil. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2020. A próxima fronteira O desenvolvimento humano e o Antropoceno.** Disponível em: <http://www.hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_pt.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2021.

RIO DE JANEIRO (CIDADE). Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. **Índice de Desenvolvimento Social (IDS) por Áreas de Planejamento (AP), Regiões de Planejamento (RP), Regiões Administrativas (RA), Bairros e Favelas do Município do Rio de Janeiro – 2010.** Rio de Janeiro: PCRJ, 2018 Disponível em: <<https://www.data.rio/documents/fa85ddc76a524380ad7fc60e3006ee97/about>> Acesso em: 22 de Julho de 2021.

_____. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. **Territórios Sociais – Grandes Complexos. Relatório 2020.** Rio de Janeiro: PCRJ, 2020 Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/territorios-sociais>> Acesso em: 16 de Julho de 2021.

SABREN – Sistema de Assentamentos de Baixa Renda da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

STEIKER-GINZBERG, K. **Morar Carioca: O Desmantelamento do Sonhado Programa de Urbanização para as Favelas**. Rio On Watch, Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 2014.

Disponível em: < <https://rioonwatch.org.br/?p=12410>>. Acesso em: 16 de Julho de 2021

VAZ, L P. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, Vol. XXIX (3.º), (n.º 127), pp. 581-597, 1994.

Disponível em: < <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf>>

XIMENES, L A., JAENISCH, S M. As favelas do Rio de Janeiro e suas camadas de urbanização. Vinte anos de políticas de intervenção sobre espaços populares da cidade. **Anais do XVIII ENAPUR**, Natal, 2019

APÊNDICES

APÊNDICE A - FAVELAS DA 1ª FASE DO PROGRAMA FAVELA BAIRRO (FB I)

Código	Nome	Situação	AP	Porte
1	Ladeira dos Funcionários	Complexo (2001-Ladeira dos Funcionários)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
6	Parque São Sebastião	Complexo (2001-Ladeira dos Funcionários)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
15	Morro Santos Rodrigues	Complexo (2004-Catumbi)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
21	Vila Anchieta	Complexo (2007-Vila Anchieta)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
23	Cerro-Corá	Complexo (2015-Guararapes)	AP2	entre 101 e 500 domicílios
24	Guararapes	Complexo (2015-Guararapes)	AP2	entre 101 e 500 domicílios
31	Vila Cândido	Complexo (2015-Guararapes)	AP2	entre 101 e 500 domicílios
70	Morro do Chacrinha	Complexo (2006-Turano)	AP2	entre 101 e 500 domicílios
76	Borda do Mato	Complexo (2022-Parque João Paulo II)	AP2	entre 101 e 500 domicílios
78	Jamelão	Complexo (2025-Andaraí)	AP2	entre 101 e 500 domicílios
79	Morro do Cruz	Complexo (2024-Morro do Cruz)	AP2	entre 101 e 500 domicílios
123	Morro do Sereno	Complexo (2028-Grotão)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
149	Parque Proletário Águia de Ouro	Complexo (2145-Parque Proletário Guia de Ouro)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
174	Morro da Cachoeira Grande	Complexo (2044-Lins)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
179	Morro do Encontro	Complexo (2044-Lins)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
209	Morro da Iguaíba	Complexo (2058-Vila Campinho)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
210	Morro do Fubá	Complexo (2058-Vila Campinho)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
217	Parque Silva Vale	Complexo (2048-Morro do Juramento)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
230	Serrinha	Complexo (2053-Grota)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
235	Vila Primavera	Complexo (2048-Morro do Juramento)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
243	Comendador Pinto	Complexo (2058-Vila Campinho)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
403	Parque Nova Jerusalém	Complexo (2075-Bairro da Pedreira)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
449	Magno Martins	Complexo (2062-Bela Vista da Pichuna)	AP3	entre 101 e 500 domicílios

537	Morro da Cotia	Complexo (2044-Lins)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
-----	----------------	----------------------	-----	----------------------------

APÊNDICE B – FAVELAS DA 2ª FASE DO PROGRAMA FAVELA BAIRRO (FB II)

Código	Nome	Situação	AP	Porte
3	Morro da Providência	Complexo (2003-Providência)	AP1	> 500 domicílios
4	Parque Boa Esperança (RA - Portuária)	Isolada	AP1	> 500 domicílios
8	Quinta do Caju	Isolada	AP1	> 500 domicílios
11	Azevedo Lima	Complexo (2005-São Carlos)	AP1	> 500 domicílios
12	São Carlos	Complexo (2005-São Carlos)	AP1	> 500 domicílios
13	Catumbi	Complexo (2004-Catumbi)	AP1	> 500 domicílios
14	Morro do Escondidinho	Complexo (2012-Morro dos Prazeres)	AP1	> 500 domicílios
34	Vila Santo Amaro	Isolada	AP2	> 500 domicílios
38	Morro dos Cabritos	Complexo (2019-Morro dos Cabritos)	AP2	> 500 domicílios
42	Morro do Cantagalo	Complexo (2018-Cantagalo)	AP2	> 500 domicílios
45	Vidigal	Isolada	AP2	> 500 domicílios
50	Mangueira (RA - São Cristóvão)	Complexo (2009-Mangueira(RA - São Cristóvão))	AP1	> 500 domicílios
52	Morro dos Telégrafos	Complexo (2009-Mangueira(RA - São Cristóvão))	AP1	> 500 domicílios
53	Parque Alegria	Complexo (2002-Parque Alegria)	AP1	> 500 domicílios
54	Parque Candelária	Complexo (2009-Mangueira(RA - São Cristóvão))	AP1	> 500 domicílios
56	Parque Herédia de Sá	Complexo (2011-Vila Arará)	AP1	> 500 domicílios
58	Parque Vitória	Complexo (2002-Parque Alegria)	AP1	> 500 domicílios
60	Tuiuti	Complexo (2010-Tuiuti)	AP1	> 500 domicílios
61	Vila Arará	Complexo (2011-Vila Arará)	AP1	> 500 domicílios
62	Borel	Complexo (2021-Borel)	AP2	> 500 domicílios
66	França Junior	Complexo (2024-Morro do Cruz)	AP2	< 100 domicílios
68	Mata Machado	Isolada	AP2	> 500 domicílios
69	Morro da Casa Branca	Complexo (2021-Borel)	AP2	> 500 domicílios
71	Morro da Formiga	Isolada	AP2	> 500 domicílios
72	Morro da Liberdade	Complexo (2006-Turano)	AP2	> 500 domicílios
74	Salgueiro	Isolada	AP2	> 500 domicílios
75	Arrelia	Complexo (2025-Andaraí)	AP2	> 500 domicílios
77	Buraco Quente	Complexo (2024-Morro do Cruz)	AP2	< 100 domicílios
80	Morro dos Macacos	Complexo (2023-Morro dos Macacos)	AP2	> 500 domicílios
81	Nova Divinéia	Complexo (2022-Parque João Paulo II)	AP2	> 500 domicílios
82	Parque João Paulo II	Complexo (2022-Parque João Paulo II)	AP2	> 500 domicílios
83	Parque Vila Isabel	Complexo (2023-Morro dos Macacos)	AP2	> 500 domicílios
113	Bairro Proletário do Dique	Complexo (2032-Bairro Proletário do Dique)	AP3	> 500 domicílios
119	Morro da Caixa d'Água (RA - Penha)	Complexo (2028-Grotão)	AP3	> 500 domicílios
120	Morro da Fé	Complexo (2028-Grotão)	AP3	> 500 domicílios
122	Morro do Caracol	Complexo (2028-Grotão)	AP3	> 500 domicílios
125	Parque Jardim Beira Mar	Complexo (2034-Vigário Lucas)	AP3	> 500 domicílios
127	Parque Proletário de Vigário Geral	Complexo (2034-Vigário Lucas)	AP3	> 500 domicílios

128	Parque Proletário do Grotão	Complexo (2028-Grotão)	AP3	> 500 domicílios
129	Rua Frey Gaspar, nº 279	Complexo (2028-Grotão)	AP3	< 100 domicílios
134	Te Contei	Complexo (2034-Vigário Lucas)	AP3	< 100 domicílios
138	Chácara de Del Castilho	Isolada	AP3	> 500 domicílios
139	Conjunto Residencial Fernão Cardin	Isolada	AP3	> 500 domicílios
140	Dois de Maio	Complexo (2041-Dois de Maio)	AP3	> 500 domicílios
146	Morro do Urubu	Complexo (2046-Morro do Urubu)	AP3	> 500 domicílios
151	Parque União de Del Castilho	Complexo (2038-Parque União de Del Castilho)	AP3	> 500 domicílios
168	Cachoeirinha	Complexo (2044-Lins)	AP3	> 500 domicílios
173	Morro da Bacia	Complexo (2044-Lins)	AP3	< 100 domicílios
176	Morro São João	Complexo (2047-Morro São João)	AP3	> 500 domicílios
185	Santa Terezinha	Complexo (2044-Lins)	AP3	> 500 domicílios
192	Faz Quem Quer (RA - Madureira)	Complexo (2051-Faz Quem Quer (RA - Madureira))	AP3	> 500 domicílios
194	Moisés Santana	Complexo (2051-Faz Quem Quer (RA - Madureira))	AP3	< 100 domicílios
195	Morro do Juramento	Complexo (2048-Morro do Juramento)	AP3	> 500 domicílios
196	Morro do Sapê	Complexo (2051-Faz Quem Quer (RA - Madureira))	AP3	> 500 domicílios
197	Morro União	Isolada	AP3	> 500 domicílios
203	Buriti - Congonhas	Complexo (2051-Faz Quem Quer (RA - Madureira))	AP3	> 500 domicílios
206	Grota	Complexo (2053-Grota)	AP3	> 500 domicílios
211	Morro do Sossego (RA - Madureira)	Complexo (2051-Faz Quem Quer (RA - Madureira))	AP3	> 500 domicílios
231	Vila Campinho	Complexo (2058-Vila Campinho)	AP3	> 500 domicílios
262	Vila Sapê	Isolada	AP4	> 500 domicílios
263	Bairro Nova Aliança	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	> 500 domicílios
267	Caminho do Lúcio	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	> 500 domicílios
272	Jacaré	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	> 500 domicílios
278	Vila Catiri	Complexo (2121-Vila Catiri)	AP5	> 500 domicílios
292	Vila do Céu	Complexo (2130-Vila do Céu)	AP5	> 500 domicílios
294	Vila São Jorge (RA - Campo Grande)	Complexo (2132-Vila São Jorge)	AP5	> 500 domicílios
300	Divinéia	Complexo (2139-Três Pontes)	AP5	> 500 domicílios
305	Três Pontes	Complexo (2139-Três Pontes)	AP5	> 500 domicílios
309	Bela Vista da Pichuna	Complexo (2062-Bela Vista da Pichuna)	AP3	> 500 domicílios
314	Morro do Dendê	Complexo (2064-Morro do Dendê)	AP3	> 500 domicílios
317	Parque Royal	Isolada	AP3	> 500 domicílios
327	Bairro da Pedreira	Complexo (2075-Bairro da Pedreira)	AP3	> 500 domicílios
330	Fazenda Botafogo / Margem da Linha	Complexo (2075-Bairro da Pedreira)	AP3	> 500 domicílios
335	Caminho do Job	Complexo (2076-Chico Mendes (Morro do Chapadão))	AP3	> 500 domicílios
339	Parque Acari	Complexo (2073-Acari)	AP3	> 500 domicílios
344	Parque Unidos	Complexo (2079-Parque Unidos)	AP3	> 500 domicílios
350	Vila Esperança (RA - Pavuna)	Complexo (2073-Acari)	AP3	> 500 domicílios
352	Vila Rica de Irajá	Complexo (2073-Acari)	AP3	> 500 domicílios
357	Morro dos Prazeres	Complexo (2012-Morro dos Prazeres)	AP1	> 500 domicílios
367	Canal das Tachas	Complexo (2105-Canal das Tachas)	AP4	> 500 domicílios

369	Floresta da Barra da Tijuca	Isolada	AP4	> 500 domicílios
386	Vila Mangueiral	Complexo (2131-Vila Mangueiral)	AP5	> 500 domicílios
415	Jardim Moricaba	Isolada	AP5	> 500 domicílios
435	Fazenda Mato Alto	Complexo (2095-Fazenda Mato Alto)	AP4	> 500 domicílios
477	Santa Maria	Isolada	AP4	> 500 domicílios
492	Morro do Andaraí	Complexo (2025-Andaraí)	AP2	> 500 domicílios
506	Vila João Lopes	Complexo (2114-Vila João Lopes)	AP5	> 500 domicílios
629	Comunidade de Clara Nunes	Complexo (2005-São Carlos)	AP1	< 100 domicílios

APÊNDICE C – FAVELAS DO PROGRAMA MORAR CARIOCA

Código	Nome	Situação	AP	Porte
3	Morro da Providência	Complexo (2003-Providência)	AP1	> 500 domicílios
9	Bispo	Complexo (2006-Turano)	AP1	> 500 domicílios
10	Matinha (RA - Rio Comprido)	Complexo (2006-Turano)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
11	Azevedo Lima	Complexo (2005-São Carlos)	AP1	> 500 domicílios
12	São Carlos	Complexo (2005-São Carlos)	AP1	> 500 domicílios
13	Catumbi	Complexo (2004-Catumbi)	AP1	> 500 domicílios
15	Morro Santos Rodrigues	Complexo (2004-Catumbi)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
16	Parque Rebouças	Complexo (2008-Vila Santa Alexandrina)	AP1	< 100 domicílios
17	Paula Ramos	Complexo (2008-Vila Santa Alexandrina)	AP1	< 100 domicílios
19	Santa Alexandrina	Complexo (2008-Vila Santa Alexandrina)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
20	Sumaré	Complexo (2006-Turano)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
22	Vila Santa Alexandrina	Complexo (2008-Vila Santa Alexandrina)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
27	Mangueira (RA - Botafogo)	Complexo (2016-Mangueira (RA - Botafogo))	AP2	entre 101 e 500 domicílios
35	Babilônia	Complexo (2017-Babilônia)	AP2	> 500 domicílios
36	Chapéu Mangueira	Complexo (2017-Babilônia)	AP2	entre 101 e 500 domicílios
37	Ladeira dos Tabajaras	Complexo (2019-Morro dos Cabritos)	AP2	entre 101 e 500 domicílios
38	Morro dos Cabritos	Complexo (2019-Morro dos Cabritos)	AP2	> 500 domicílios
41	Chácara do Céu	Isolada	AP2	entre 101 e 500 domicílios
46	Vila Parque da Cidade	Isolada	AP2	> 500 domicílios
47	Barreira do Vasco	Isolada	AP1	> 500 domicílios
53	Parque Alegria	Complexo (2002-Parque Alegria)	AP1	> 500 domicílios
56	Parque Herédia de Sá	Complexo (2011-Vila Arará)	AP1	> 500 domicílios
57	Parque Horácio Cardoso Franco	Complexo (2011-Vila Arará)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
58	Parque Vitória	Complexo (2002-Parque Alegria)	AP1	> 500 domicílios
61	Vila Arará	Complexo (2011-Vila Arará)	AP1	> 500 domicílios
62	Borel	Complexo (2021-Borel)	AP2	> 500 domicílios

65	Estrada do Tijuacu	Isolada	AP2	entre 101 e 500 domicílios
68	Mata Machado	Isolada	AP2	> 500 domicílios
70	Morro do Chacrinha	Complexo (2006-Turano)	AP2	entre 101 e 500 domicílios
71	Morro da Formiga	Isolada	AP2	> 500 domicílios
72	Morro da Liberdade	Complexo (2006-Turano)	AP2	> 500 domicílios
76	Borda do Mato	Complexo (2022-Parque João Paulo II)	AP2	entre 101 e 500 domicílios
80	Morro dos Macacos	Complexo (2023-Morro dos Macacos)	AP2	> 500 domicílios
81	Nova Divinéia	Complexo (2022-Parque João Paulo II)	AP2	> 500 domicílios
82	Parque João Paulo II	Complexo (2022-Parque João Paulo II)	AP2	> 500 domicílios
83	Parque Vila Isabel	Complexo (2023-Morro dos Macacos)	AP2	> 500 domicílios
85	Chp-2	Complexo (2026-Manguinhos)	AP3	> 500 domicílios
89	Joaquim de Queiróz	Complexo (2084-Alemão)	AP3	> 500 domicílios
91	Morro da Baiana	Complexo (2084-Alemão)	AP3	> 500 domicílios
92	Morro do Adeus	Complexo (2084-Alemão)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
93	Morro do Alemão	Complexo (2084-Alemão)	AP3	> 500 domicílios
94	Morro do Cariri	Complexo (2031-Penha)	AP3	> 500 domicílios
95	Morro do Piancó	Complexo (2084-Alemão)	AP3	x
100	Parque João Goulart	Complexo (2026-Manguinhos)	AP3	> 500 domicílios
101	Parque Oswaldo Cruz	Isolada	AP3	> 500 domicílios
109	Vila Cruzeiro	Complexo (2031-Penha)	AP3	> 500 domicílios
112	Vila Turismo	Complexo (2026-Manguinhos)	AP3	> 500 domicílios
113	Bairro Proletário do Dique	Complexo (2032-Bairro Proletário do Dique)	AP3	> 500 domicílios
114	Brás de Pina	Isolada	AP3	> 500 domicílios
116	Cordovil	Isolada	AP3	> 500 domicílios
124	Parque Furquim Mendes	Complexo (2032-Bairro Proletário do Dique)	AP3	> 500 domicílios
126	Parque Proletário de Cordovil	Complexo (2035-Vila Cambucí)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
133	Serra Pelada	Complexo (2035-Vila Cambucí)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
135	Vila Proletária da Penha	Complexo (2031-Penha)	AP3	> 500 domicílios
143	Morro da Caixa d'Água (RA - Méier)	Complexo (2046-Morro do Urubu)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
148	Nova Brasília (RA - Alemão)	Complexo (2084-Alemão)	AP3	> 500 domicílios
161	Vila Caramuru	Complexo (2046-Morro do Urubu)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
162	Vila União (RA - São Cristóvão)	Complexo (2026-Manguinhos)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
170	Morro dos Mineiros	Complexo (2046-Morro do Urubu)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
176	Morro São João	Complexo (2047-Morro São João)	AP3	> 500 domicílios
180	Morro Nossa Senhora da Guia	Complexo (2044-Lins)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
200	Vila Sao Jorge (RA - Irajá)	Isolada	AP3	> 500 domicílios
238	Barão	Complexo (2090-Barão)	AP4	> 500 domicílios
242	Caxangá	Complexo (2095-Fazenda Mato Alto)	AP4	< 100 domicílios

260	Travessa Antonina	Complexo (2090-Barão)	AP4	entre 101 e 500 domicílios
261	Vila José de Anchieta	Complexo (2090-Barão)	AP4	< 100 domicílios
263	Bairro Nova Aliança	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	> 500 domicílios
267	Caminho do Lúcio	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	> 500 domicílios
268	Coréia (RA - Bangu)	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	> 500 domicílios
270	Fazenda Coqueiro	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	> 500 domicílios
272	Jacaré	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	> 500 domicílios
278	Vila Catiri	Complexo (2121-Vila Catiri)	AP5	> 500 domicílios
285	Anes Dias	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	entre 101 e 500 domicílios
312	Guarabu	Complexo (2064-Morro do Dendê)	AP3	> 500 domicílios
327	Bairro da Pedreira	Complexo (2075-Bairro da Pedreira)	AP3	> 500 domicílios
344	Parque Unidos	Complexo (2079-Parque Unidos)	AP3	> 500 domicílios
348	Sossego - Alegria	Complexo (2032-Bairro Proletário do Dique)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
349	Vila Beira Rio	Complexo (2032-Bairro Proletário do Dique)	AP3	> 500 domicílios
350	Vila Esperança (RA - Pavuna)	Complexo (2073-Acari)	AP3	> 500 domicílios
352	Vila Rica de Irajá	Complexo (2073-Acari)	AP3	> 500 domicílios
353	Baronesa	Complexo (2014-Vila Paraíso)	AP1	< 100 domicílios
356	Morro da Coroa	Isolada	AP1	> 500 domicílios
358	Ocidental Fallet	Isolada	AP1	entre 101 e 500 domicílios
360	Unidos de Santa Tereza	Complexo (2013-Unidos de Santa Tereza)	AP1	> 500 domicílios
392	Travessa Sta Catarina-Vila dos Minerios	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	< 100 domicílios
393	Vila Olímpia	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	entre 101 e 500 domicílios
403	Parque Nova Jerusalém	Complexo (2075-Bairro da Pedreira)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
425	Comandante Luis Souto	Complexo (2093-Comandante Luis Souto)	AP4	> 500 domicílios
426	Chacrinha do Mato Alto	Complexo (2093-Comandante Luis Souto)	AP4	> 500 domicílios
427	Chácara Flora	Complexo (2093-Comandante Luis Souto)	AP4	> 500 domicílios
435	Fazenda Mato Alto	Complexo (2095-Fazenda Mato Alto)	AP4	> 500 domicílios
440	Fazenda Catete	Isolada	AP1	entre 101 e 500 domicílios
451	Vila Joaniza	Complexo (2067-Vila Joaniza)	AP3	> 500 domicílios
454	Luiz Marcelino	Complexo (2013-Unidos de Santa Tereza)	AP1	< 100 domicílios
493	Parque Chp	Isolada	AP3	< 100 domicílios
504	Minha Deusa	Isolada	AP5	entre 101 e 500 domicílios
506	Vila João Lopes	Complexo (2114-Vila João Lopes)	AP5	> 500 domicílios
519	Vila Moreti	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	> 500 domicílios
534	Rodo	Complexo (2006-Turano)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
547	Bom Jardim de Cordovil	Isolada	AP3	< 100 domicílios
578	Pantanal (RA - Rio Comprido)	Complexo (2006-Turano)	AP1	entre 101 e 500 domicílios
579	A.M.e Amigos do Vale	Complexo (2013-Unidos de Santa Tereza)	AP1	< 100 domicílios

589	Morro da Reunião	Complexo (2095-Fazenda Mato Alto)	AP4	< 100 domicílios
591	Parque Dois Irmãos	Complexo (2092-Colônia Juliano Moreira)	AP4	> 500 domicílios
592	Entre Rios	Complexo (2092-Colônia Juliano Moreira)	AP4	> 500 domicílios
595	Ladeira da Reunião	Complexo (2095-Fazenda Mato Alto)	AP4	entre 101 e 500 domicílios
603	Jardim Clarice	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	> 500 domicílios
625	A.M. e Amigos de Santa Tereza	Complexo (2014-Vila Paraíso)	AP1	< 100 domicílios
626	Vila Paraíso	Complexo (2014-Vila Paraíso)	AP1	< 100 domicílios
629	Comunidade de Clara Nunes	Complexo (2005-São Carlos)	AP1	< 100 domicílios
634	Areal	Complexo (2140-Areal)	AP5	> 500 domicílios
643	Chico Mendes (Morro do Chapadão)	Complexo (2076-Chico Mendes (Morro do Chapadão))	AP3	> 500 domicílios
644	Bela Vista do Mato Alto	Complexo (2095-Fazenda Mato Alto)	AP4	> 500 domicílios
650	Antiga Creche	Complexo (2092-Colônia Juliano Moreira)	AP4	> 500 domicílios
653	Águia Dourada	Complexo (2067-Vila Joaniza)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
661	Curicica II	Complexo (2103-Vila União da Curicica)	AP4	< 100 domicílios
662	Chácara do Tanque	Isolada	AP4	> 500 domicílios
666	Vale do Ipê	Complexo (2092-Colônia Juliano Moreira)	AP4	entre 101 e 500 domicílios
690	Retiro das Mangueiras	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	> 500 domicílios
693	Parque Nova Cidade de Acari	Complexo (2075-Bairro da Pedreira)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
759	Vila Arco Íris	Complexo (2092-Colônia Juliano Moreira)	AP4	> 500 domicílios
784	Mandela de Pedra	Complexo (2026-Manguinhos)	AP3	> 500 domicílios
818	Vila Aliança (loteamento Rua do Lúcio)	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	entre 101 e 500 domicílios
819	Quinta do Taquaral	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	< 100 domicílios
821	Vila Aliança	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	entre 101 e 500 domicílios
825	Morro da Saudade	Complexo (2016-Mangueira (RA - Botafogo))	AP2	< 100 domicílios
863	Ladeira dos Tabajaras, nº 248	Complexo (2019-Morro dos Cabritos)	AP2	< 100 domicílios
864	Rua Ponto Chique (próxima ao nº 220)	Isolada	AP3	< 100 domicílios
918	Avenida Sampaio Correa	Complexo (2092-Colônia Juliano Moreira)	AP4	< 100 domicílios
924	Caminho Novo da Represa	Isolada	AP4	< 100 domicílios
926	Parte da Comunidade Vila Arco Iris	Complexo (2092-Colônia Juliano Moreira)	AP4	entre 101 e 500 domicílios
960	Amigos da Aerobita	Complexo (2090-Barão)	AP4	< 100 domicílios
988	Rua Anes Dias	Complexo (2118-Fazenda Coqueiro)	AP5	< 100 domicílios
1017	Ladeira dos Tabajaras, nº 256	Complexo (2019-Morro dos Cabritos)	AP2	< 100 domicílios
1047	A.M. São Sebastião	Complexo (2090-Barão)	AP4	< 100 domicílios
1052	Vila do Mexicano	Isolada	AP1	< 100 domicílios
1078	Avenida do Corretor	Isolada	AP5	entre 101 e 500 domicílios

1083	Rua José Braga	Complexo (2095-Fazenda Mato Alto)	AP4	< 100 domicílios
1098	Rua Albano, nº 252	Complexo (2095-Fazenda Mato Alto)	AP4	< 100 domicílios

APÊNDICE D – GRUPO CONTROLE FAVELA BAIRRO

Código	Nome	Situação	AP	Porte
2	Moreira Pinto	Isolada	AP1	entre 101 e 500 domicílios
5	Parque Nossa Senhora da Penha	Isolada	AP1	entre 101 e 500 domicílios
30	Tavares Bastos	Isolada	AP2	entre 101 e 500 domicílios
32	Vila da Imaculada Conceição	Isolada	AP2	< 100 domicílios
51	Marechal Jardim	Complexo (2010-Tuiuti)	AP1	> 500 domicílios
67	Indiana	Isolada	AP2	entre 101 e 500 domicílios
86	Igreja Nossa Senhora da Conceição	Isolada	AP3	< 100 domicílios
106	Ramos	Complexo (2086-Parque Roquete Pinto)	AP3	> 500 domicílios
115	Centro Social Marcílio Dias	Isolada	AP3	> 500 domicílios
121	Morro da Guaíba	Complexo (2030-Morro da Guaíba)	AP3	> 500 domicílios
147	Morro das Palmeiras	Complexo (2084-Alemão)	AP3	> 500 domicílios
150	Parque Proletário Engenho da Rainha	Isolada	AP3	> 500 domicílios
237	Araticum	Complexo (2088-Araticum)	AP4	> 500 domicílios
277	Vila Brasil	Complexo (2112-Vila Brasil)	AP5	> 500 domicílios
279	Vila do Vintém	Complexo (2113-Vila do Vintém)	AP5	> 500 domicílios
316	Parque Proletário dos Bancários	Isolada	AP3	> 500 domicílios
437	Comunidade Estação da Mangueira (Amcema)	Isolada	AP3	> 500 domicílios
481	Morro do Juca	Complexo (2054-Morro do Juca)	AP3	> 500 domicílios
483	Jardim do Carmo	Isolada	AP3	> 500 domicílios
484	Vila Pequirí	Complexo (2030-Morro da Guaíba)	AP3	> 500 domicílios

APÊNDICE E – GRUPO CONTROLE MORAR CARIOCA

Código	Nome	Situação	AP	Porte
7	Pedra Lisa	Complexo (2003-Providência)	AP1	< 100 domicílios
49	Rua Ferreira de Araújo	Isolada	AP1	< 100 domicílios
51	Marechal Jardim	Complexo (2010-Tuiuti)	AP1	> 500 domicílios
55	Parque dos Mineiros	Complexo (2010-Tuiuti)	AP1	entre 101 e 500 domicílios

63	Coréia (RA - Tijuca)	Isolada	AP2	< 100 domicílios
103	Parque Roquete Pinto	Complexo (2086-Parque Roquete Pinto)	AP3	> 500 domicílios
107	Tenente Pimentel	Isolada	AP3	< 100 domicílios
118	Mangueirinha	Complexo (2030-Morro da Guaíba)	AP3	entre 101 e 500 domicílios
175	Morro da Matriz	Complexo (2047-Morro São João)	AP3	> 500 domicílios
201	Rua Congo, nº 147	Complexo (2116-Alto Kennedy)	AP5	entre 101 e 500 domicílios
207	Jardim Piedade	Complexo (2043-Jardim Piedade)	AP3	> 500 domicílios
239	Caminho do Waldemar	Isolada	AP4	< 100 domicílios
240	Canal do Anil	Complexo (2091-Canal do Anil)	AP4	> 500 domicílios
301	Linha de Austin	Complexo (2135-Linha de Austin)	AP5	> 500 domicílios
308	Bairro Nossa Senhora das Graças	Complexo (2061-Bairro Nossa Senhora das Graças)	AP3	> 500 domicílios
355	Júlio Otoni	Isolada	AP1	entre 101 e 500 domicílios
368	Canal do Cortado	Isolada	AP4	> 500 domicílios
381	Nova Kennedy	Isolada	AP5	> 500 domicílios
555	Bairro Barro Vermelho	Complexo (2138-Saquaçú)	AP5	> 500 domicílios
721	Do Horto	Isolada	AP2	entre 101 e 500 domicílios